escola informação

Nº 308 | MAI/JUN 2024 | MENSAL | 0,50€

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

PROTOCOLO NEGOCIAL E NEGOCIAÇÕES COM O MECI
Pág. 6

EM ABRIL SAÍMOS À RUA, EM MAIO A LUTA CONTINUA
Pág. 16

CADERNO: SEM MEMÓRIA NÃO HÁ FUTURO
Pág. 23

arquivo
Manifestação de professores,
[Autor desconhecido, Lisboa, 1988]

sumário

4
escola em movimento

Escola pública, conquista de Abril! | **p. 4**
O compromisso da FENPROF é com todos os professores | **p. 6**
Horários e outras condições de trabalho | **p. 8**
Reinscrição dos docentes na CGA | **p. 9**
O vergonhoso sistema de avaliação dos docentes | **p. 10**
Reavaliar a legislação e melhorar estatuto funcional, horários e meios | **p. 11**
Perguntas com Resposta | **p. 12**
Consultório Jurídico | **p. 13**

14
cidadania

A voz a quem entra | **p. 14**
Palestina Livre! | **p. 15**
Em Abril saímos à rua, em Maio a luta continua! | **p. 16**
Jornada Nacional de Luta da Administração Pública | **p. 17**
À memória de Óscar Soares... | **p. 18**
Opinião: é substituir a força da razão pela razão da força | **p. 19**

23
caderno

Sem memória não há futuro | **p. 23**
Entrevista com Conceição Matos e Domingos Abrantes | **p. 24**
Visita ao Museu Nacional da Resistência e Liberdade | **p. 27**
"Cadeia de Caxias" a repressão fascista e a luta pela liberdade | **p. 27**
Peniche, património da resistência ao fascismo | **p. 28**
Estamos cá. Lutamos. Aprendizes e frutos destes 50 anos de partilha | **p. 30**
Assembleia Geral de Sócios
Sessão Evocativa dos 50 Anos do SPGL | **p. 32**
«Viagem entre Capas e Manchetes» | **p. 38**

ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra **Conselho de Redação** Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Graça Sousa, Tiago Dias, António Avelãs, Sara Covas **Composição** Fátima Caria **Jornalistas** Lígia Calapez, Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha **Capa**: D.I.P. **Fotografia** Joana Rodrigues **Revisão** Lígia Calapez **Impressão** Multiponto, S.A. **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Tiragem**15.500 **Depósito legal** 9157/85 **ICS** 109893

Capa | Manifestação 1.º de Maio, Lisboa, 1/5/2024

editorial

José Costa | Presidente do SPGL

A Educação precisa de alguém que esteja à altura de ter um diálogo sério

No dia 21 de maio, o ministro montou uma farsa a que chamou negociação; logo na primeira reunião do fecho desta ronda negocial, assinou um acordo com uma estrutura sindical, a primeira a ser recebida nesse dia, que se prestou a alinhar nesta farsa. Só depois reuniu com as restantes organizações, com a mera intenção de que estas plebiscitassem o dito acordo.Algumas organizações prestaram-se à assinatura deste acordo, mas claro que a FENPROF não o fez pois nunca poderia assinar algo que não abrangesse a totalidade dos professores e, neste caso específico, são milhares aqueles não irão recuperar parte ou a totalidade do tempo perdido.

Entretanto, ao fim da tarde, já início da noite e momentos antes de receber a FENPROF, cuja delegação esperava há cerca de 3 horas pelo início da reunião sem que alguém da parte do MECI tivesse a delicadeza de vir cá fora justificar o atraso, o ministro, em direto na comunicação social, afirmou que a FENPROF nunca faz parte da solução e que não tem nem a educação nem os professores na sua agenda.

Se este ministro se refere às "discussões" que teve com a FENPROF durante as únicas três reuniões existentes neste processo, porque não houve outras, mente descaradamente e as atas e as gravações destas reuniões provam exatamente o contrário. Todas as reuniões decorreram de forma cordata, com a contribuição e apresentação de propostas de alteração aos textos do MECI por parte da FENPROF, num clima de respeito e até com o próprio ministro a solicitar contributos às propostas apresentadas, o que sempre aconteceu.

De facto, o ministro Alexandre ESTEVE MUITO PEQUENO, desrespeitando milhares de professores que confiam nos sindicatos da FENPROF.

A FENPROF solicitou a negociação suplementar para tentar melhorar e corrigir os alcances desta recuperação de tempo de serviço. O ministro confirmou a sua forma de atuar e, mais uma vez, não agiu de boa-fé ao não estar presente na reunião.

Apesar de tudo, esta reunião de negociação suplementar foi positiva porque permitiu alguns avanços; aguardaremos pela redação final do diploma legal e recorreremos à Assembleia da República para a correção dos aspetos negativos do diploma.

De seguida, a FENPROF irá exigir a negociação para tudo o resto. Aliás, o protocolo para essa negociação também já foi entregue, pois este continua a ser o tempo dos professores, da exigência da valorização e do respeito pela sua profissão e pela Escola Pública.

A Educação precisa de alguém que esteja à altura, de ter um diálogo sério com a maior estrutura representativa de professores, no sentido de resolver com urgência os seus problemas, que são muitos. Nós estamos à altura, sempre estivemos. Essa sempre foi e continuará a ser a nossa agenda. ●

Escola Pública, conquista de Abril!

Jorge Gonçalves | Vice-Presidente SPGL

As intenções manifestadas no Programa do Governo quanto a uma gestão ainda menos democrática, ao aprofundamento da municipalização e da transferências de competências, uma nova alteração do modelo de concursos com base na avaliação, assim como do modelo de avaliação de desempenho docente, entre outras, são preocupantes quanto ao caminho que a Escola Pública terá nos próximos tempos.

Cinquenta anos depois do 25 de Abril de 1974 importa não só comemorar, mas mais ainda afirmar o que está por cumprir e projetar os valores de Abril no futuro. A Escola Pública é certamente uma das maiores conquistas de Abril. Mas precisa de ser cumprido de forma plena o preceito constitucional do direito ao acesso e sucesso educativo, com vista ao desenvolvimento integral a que todas as crianças têm direito. Para tal, é essencial romper com a falta de investimento na Escola Pública, nas suas infraestruturas, equipamentos e recursos pedagógicos. Mas também é essencial a valorização dos trabalhadores que todos os dias garantem, mesmo sem todas as condições necessárias, o papel da Escola Pública e a transformação que ocorreu após o 25 de Abril.

Num momento em que a luta em torno da recuperação integral do tempo de serviço dos docentes assume natural centralidade, as intenções manifestadas no Programa do Governo quanto a uma gestão ainda menos democrática, ao aprofundamento da municipalização e da transferências de competências, uma nova alteração do modelo de concursos com base na avaliação, assim como do modelo de avaliação de desempenho docente, entre outras, são preocupantes quanto ao caminho que a Escola Pública terá nos próximos tempos.

As faixas e pendões que chegaram às escolas afirmam essa necessidade de todos os dias continuarmos a defender a Escola Pública de Abril, exigindo as condições necessárias para que cumpra com o seu papel.

Por uma Escola Pública democrática, de qualidade, gratuita e inclusiva! ●

+ fotografias

Protocolo Negocial e Negociações com o MECI

O compromisso da FENPROF é com todos os professores

José Feliciano Costa | Presidente SPGL

Foi com o propósito de resolver com urgência os inúmeros problemas que afetam a Escola Pública e a profissão docente que a FENPROF entregou, logo na primeira reunião com a equipa que agora tutela o MECI, uma Proposta de Protocolo Negocial para a Legislatura.

Na apresentação do Protocolo Negocial para a Legislatura a FENPROF assumiu, desde logo, toda a disponibilidade para o diálogo e a negociação séria e a apresentação de propostas concretas para a dignificação do Estatuto profissional dos professores, reafirmando, no entanto, que a mesma não pode ser dissociada da valorização da Escola Pública e da Educação em geral.

Em relação à carreira docente, destacou-se a urgência da recuperação integral do tempo de serviço, mas também o fim dos bloqueios às progressões, devido ao perverso mecanismo de quotas e vagas, os inúmeros abusos e ilegalidades que afetam os horários de trabalho dos docentes, sujeitando-os a enormes cargas de trabalho, o persistente flagelo da precariedade que perdura e a inexistência de um mecanismo justo de aposentação.

Graves problemas não resolvidos que têm como resultado um corpo docente envelhecido e desgastado, milhares de professores a abandonar a profissão e milhares de jovens que não a escolhem quando decidem o seu futuro profissional.

Claro que tudo isto não está desligado de um crónico subfinanciamento a que a Educação Pública e a Ciência têm estado sujeitas, ao longo de sucessivos governos. Por isso, a resolução destes problemas está intimamente ligada a esta premissa, o que implica reverter urgentemente este ciclo de subfinanciamento, acompanhando as recomendações internacionais quando dizem que o financiamento público da Educação deve ter como referência 6 % do Produto Interno Bruto.

Quanto à devolução do tempo de serviço em falta na carreira docente, é importante recordar que esta foi sempre uma questão fulcral e que foi a luta desenvolvida pelos docentes que lhe deu uma centralidade tal, que obrigou todos os partidos a colocarem este assunto na sua agenda política, com destaque nos programas eleitorais, nos debates e nas declarações durante a campanha eleitoral para as últimas eleições legislativas.

Entendeu a FENPROF que esta devia ser uma negociação que teria de ter, do ponto de vista político, a questão da recuperação do tempo congelado. No entanto, teria que ir mais longe, envolvendo também a publicação de sucessivos diplomas legais que, ao longo dos últimos anos, por força de sucessivas revisões do estatuto da carreira docente (ECD) ou por força de reposicionamentos, provocaram ultrapassagens e assimetrias entre professores.

Não foi esse o entendimento do MECI que afunilou sempre a discussão na questão do tempo congelado e nada mais.

Entretanto, foi o próprio ministro que, infelizmente, acabou por transformar este processo que devia ser de negociação numa farsa.

Reunião Suplementar com o MECI requerida pela FENPROF - 6/6/2024

Este documento, que alguns assinaram e que chamam acordo, não permite que a recuperação do tempo congelado se aplique à totalidade dos docentes. Embora sejam de valorizar alguns aspetos positivos do documento, a realidade é que este exclui milhares de docentes, daí a FENPROF não o ter assinado.

Exclui todos os docentes que estão no topo da carreira, no 10.º escalão, que não recuperam nada, exclui uma parte significativa dos docentes que estão no 9.º escalão e, ainda, parte dos que estão no 8.º escalão.

Exclui alguns docentes do 7.º escalão que também só recuperarão parte deste tempo e, ainda, todos os docentes que estejam em escalões inferiores da carreira, mas que estão muito próximos ou já mesmo em idade de aposentação e são muitos.

Exclui milhares de docentes que utilizaram tempo de serviço dos 2A, 9M e 18D para mais depressa chegarem às listas de acesso aos 5.º e 7.º escalões e os que utilizaram, de forma fracionada, módulos de 365 dias para se reposicionarem.

Exclui todos os que, por opção, decidiram ir trabalhar para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Exclui ainda todo um conjunto de docentes que, por estarem em escalões mais baixos da carreira e, portanto, cuja produção dos efeitos desta recuperação seja posterior a 2027, já não serão contemplados pelo DL n.º 74/2023, ou seja a isenção da vaga no acesso ao 7º escalão, criando aqui mais um conjunto de assimetrias.

São mesmo milhares que ficam de fora, total ou parcialmente, com este "acordo", que só pode ter sido assinado por quem não tem um compromisso com todos os professores e educadores.

A contraproposta que a FENPROF apresentou na reunião de negociação suplementar, entretanto requerida, é uma proposta que não deixa nenhum docente de fora, uma proposta inclusiva que permita compensar todos os que não recuperam um único dia, ou que recuperam apenas uma parte do tempo e que nem sequer são compensados.

Nesta reunião de negociação suplementar foi possível, no entanto, consensualizar o seguinte:

- terão direito a vaga todos os docentes que, no período de recuperação, atinjam escalões de acesso condicionado a vagas sem ser exclusivamente por via do mecanismo de recuperação;
- também terão direito a vaga todos os docentes que, por via do mecanismo de recuperação, só atinjam o direito a progredir para escalões sujeitos a vagas já depois de 1 de julho de 2027;
- os docentes que reunirem os requisitos para os 5.º e 7.º escalões em 2023 terão garantidas as vagas adicionais previstas no DL 74/2023, mesmo que o despacho das vagas seja posterior ao diploma sobre recuperação do tempo de serviço;
- aos docentes que reunirem os requisitos para progressão aos 5.º e 7.º escalões entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2024 será aplicado mecanismo semelhante ao que se aplicará a quem reúna esses requisitos após 1 de setembro, não sendo, assim, ultrapassado;
- neste primeiro momento de recuperação, os docentes poderão mobilizar a última avaliação obtida, bem como horas de formação não utilizadas em escalões anteriores;
- as horas de formação exigidas em cada escalão serão proporcionais ao período de permanência, na razão de 12,5 horas por ano;
- espera-se ainda que o Ministério, respeitando o compromisso do governo de recuperação plena do tempo de serviço que esteve congelado, também permita a recuperação dos módulos de tempo que os docentes tiveram de usar na recuperação anterior (1018 dias) para efeitos de graduação nas listas de acesso a vagas;
- o Ministério comprometeu-se, ainda, a estabelecer contactos para que os docentes, hoje nas Regiões Autónomas, aí possam recuperar o tempo que ainda continua perdido.

Vamos aguardar a redação final do diploma legal, estaremos também presentes na comissão técnica de acompanhamento da aplicação do mecanismo de recuperação.

Mas a Luta vai ter que continuar!

O compromisso da FENPROF é com todos os professores e disso não abdicamos. ●

Horários e outras condições de trabalho

António Anes | Vice-Presidente SPGL

Tarda uma intervenção consistente da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) sobre irregularidades nos horários e nas condições de trabalho dos docentes.

A FENPROF e a IGEC reuniram no dia 28 de março de 2024. Nessa reunião foram abordados diversos assuntos que a FENPROF ilustrou com um conjunto de denúncias sobre diversas ilegalidades cometidas na construção dos horários de trabalho dos docentes e sobre outras condições de trabalho. Resumidamente foram colocadas um conjunto de questões, entre outras: sobre os abusos e ilegalidades nos horários dos docentes, por norma, decorrentes das tarefas atribuídas nas diversas componentes do seu horário de trabalho, inclusive nas horas de redução da componente letiva, previstas no artigo 79.º do ECD; sobre a não atribuição de reduções na componente letiva para diretores de turma; sobre os horários de docentes de monodocência, intervalos e tarefas a atribuídas; sobre as tarefas atribuídas à margem do conteúdo funcional da profissão docente (de apoio ou manutenção de equipamentos tecnológicos, bem como de suporte técnico a provas digitais); sobre a constituição ilegal de turmas, designadamente no que respeita ao número quando estas integram alunos com necessidades educativas especiais.

A FENPROF ficou à espera que algumas diligências fossem tomadas no sentido de serem resolvidos estes problemas que são competência da IGEC. Ora, os contactos estabelecidos com os professores, contudo, levam a crer que continua tudo na mesma.

Para além da sensibilidade demonstrada pela senhora Inspetora geral, na reunião, exige-se por parte da IGEC uma intervenção efetiva e de consequente eficácia sobre os diversos organismos do MECI, designadamente sobre a DEGESTE e as escolas, no sentido do cumprimento da legalidade na construção dos horários de trabalho e constituição de turmas.

É que estas ilegalidades são responsáveis por horários desajustados e sobrecarregados que contribuem para o elevadíssimo desgaste físico e psicológico sentido por cada vez mais docentes no exercício da sua profissão. Acresce o elevado número de alunos por turma, o elevado número de turmas e níveis por professor, particularmente no caso de disciplinas com uma carga horária mínima (1 ou 2 horas letivas por semana), e, sobretudo, o permanente conflito entre o que é considerado atividade letiva e atividade não letiva. Recorde-se que a perceção dos professores demonstrada no recente inquérito realizado em novembro sobre o seu horário é que trabalham mais de 50 horas semanais!? O horário semanal dos docentes deve ser, efetivamente, de 35 horas e não mais. É por esse motivo que a FENPROF tem convocado, desde há anos, uma greve ao *sobretrabalho*. É também por isso que a FENPROF contínua empenhada em resolver esta situação, tendo sido objeto de uma petição entregue na Assembleia da República.

Aguarda-se uma resposta urgente ao pedido de informação da FENPROF à IGEC, de 20 de maio de 2024, sobre as diligências tomadas no sentido da correção das situações em causa, na sequência da reunião realizada em março 2024. ●

Concentração CGA - 27/5/2024

Reinscrição dos docentes na CGA

Cátia Domingues | Vice-Presidente SPGL

A FENPROF, uma vez mais, pressiona o governo para que resolva o problema da reinscrição dos docentes na CGA.

No passado dia 27 de maio, a FENPROF esteve pela 4.ª vez, desde o início do ano letivo, em frente ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) para pressionar o governo a resolver o problema da reinscrição dos docentes na Caixa Geral de Aposentações (CGA).

Até 31 de dezembro de 2005, todos os professores do ensino público, quando iniciavam funções, eram, automaticamente, inscritos na Caixa Geral de Aposentações. A partir de 1 de janeiro de 2006, na sequência da publicação da Lei 60/2005 de 29 de dezembro, as escolas e a Caixa Geral de Aposentações interpretaram a "inadmissibilidade de novas inscrições na CGA..." prevista na lei, como extensiva a qualquer novo contrato, incluindo aos docentes já inscritos e cujos contratos sofreram interrupções, em muitos casos de apenas alguns dias.

Esta situação fez com que, ao longo destes 18 anos, centenas ou mesmo milhares de docentes da CGA, passassem, sem o seu consentimento ou intenção, para o Regime Geral da Segurança Social, com fortes penalizações em vários aspetos, designadamente no apoio em situação de doença.

Após muitas ações desenvolvidas durante a última legislatura, o anterior governo não quis resolver o problema da reinscrição de docentes na Caixa Geral de Aposentações obrigando-os a, com a ajuda dos sindicatos, recorrer aos tribunais para garantir um direito que nunca lhes devia ter sido retirado.

As sucessivas vitórias em tribunal, levaram a CGA a enviar às escolas uma Nota Informativa, no final do ano letivo passado, na qual reconheciam a quem já tivesse pertencido à CGA o direito à reinscrição. Inexplicavelmente, o processo foi interrompido, deixando de fora muitos docentes.

A atual Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) não respondeu ao ofício enviado pela FENPROF a 17 de abril, no sentido de agendar uma reunião da qual pudesse sair uma solução justa para esses professores.

No passado dia 27 de maio, uma delegação da FENPROF foi recebida pelo chefe de gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social, que se comprometeu a dar prioridade à questão e a marcar uma reunião com vista à resolução do problema.

Os professores e educadores e a FENPROF não desistem, nem baixam os braços e comprometem-se em ir para a porta do MTSSS sempre que for necessário.

A luta continua! ●

Ensino Superior Público

O vergonhoso sistema de avaliação dos docentes

Tiago Dias | Dirigente SPGL - DESI

Hoje em dia é evidente que a introdução da avaliação do desempenho no âmbito do emprego público apenas visou a criação de um espartilho legal que bloqueia a normal progressão salarial dos funcionários públicos. E, no caso dos docentes do ensino superior público, este bloqueio às progressões salariais assume contornos ainda mais vergonhosos.

Os Estatutos das duas carreiras - universitário (ECDU – artigo 74.º-C) e politécnico (ECPDESP – artigo 35.º-C) - preveem o modo como se procede à alteração do posicionamento remuneratório. Existe obrigatoriedade de alteração sempre que um docente obtenha a menção qualitativa máxima durante 6 anos consecutivos. Nas outras situações, o regulamento de cada instituição estabelece o número mínimo de pontos que permite a alteração de posicionamento remuneratório. Contudo, até hoje, a quase totalidade das instituições não fez alterações do posicionamento remuneratório por esta via, com o fundamento de não existir o despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e do ensino superior que fixa o montante máximo dos encargos financeiros que podem ser utilizados para esta finalidade.

Entre alterações obrigatórias e as outras reina a grande balburdia. Mas a verdade é que existe uma imensa maioria de docentes que possuem já um número de pontos acumulados que lhes permitiria até duas alterações de posição remuneratória.

Enquanto não se abandona este sistema anacrónico de progressão nas categorias é urgente colocá-lo a funcionar. Para isso torna-se indispensável que o Governo e as instituições cumpram a Lei. As instituições têm de apurar os valores adequados para as alterações do posicionamento remuneratório que não apresentem carácter obrigatório e, quando necessário, solicitar a emissão do referido despacho. Ao Governo exige-se que não fique a aguardar o pedido das instituições e emita esse despacho, fixando de forma genérica e abstrata o montante em causa.

O SPGL vai continuar a desenvolver os meios que se encontram ao seu dispor para forçar o cumprimento da Lei. Esta será uma das matérias a tratar com o ministro Fernando Alexandre na reunião agendada para o próximo dia 18 de junho. Outras medidas serão anunciadas brevemente.●

Texto completo

https://www.spgl.pt/o-vergonhoso-sistema-de-avaliacao-dos-docentes-do-ensino-superior-publico

Educação Especial

Reavaliar a legislação e melhorar estatuto funcional, horários e meios

Jorge Humberto Nogueira | Dirigente SPGL

Realizou-se em 4 de junho um plenário sobre as condições de trabalho dos docentes de Educação Especial, aberto aos docentes de EE, incluindo os da Intervenção Precoce, associados dos sindicatos da FENPROF.

Este evento pretendeu auscultar sobre a situação nas escolas, bem como aferir um conjunto de propostas para a carreira, recursos e legislação.

O evento, realizado online, estará disponível em "webinar", decorreu com mais de 80 participantes que partilharam a diversidade de práticas e problemas verificados em diferentes contextos.

Dinamizaram as coordenadoras do Setor de Educação Especial de cada sindicato e da FENPROF, que lançaram alguns dos temas e problemas em análise, nomeadamente as carências na organização, gestão, equipas e meios para a Educação Inclusiva.

Foram referidos problemas nos horários, nas funções da componente letiva, como da não letiva, que acabam por ser as mesmas. Há discrepâncias na interpretação, com aplicações diversas em cada contexto e uma sobrecarga de horas e tarefas burocráticas.

De todas as intervenções podemos resumir um conjunto de propostas:

- Definir o estatuto funcional do professor de EE com repercussão nos horários das funções essenciais e respetivos tempos, quer diretos, quer indiretos. Definir um rácio de alunos adequado e fazer horários realistas, sem prejudicar os alunos que efetivamente precisam.
- Avaliar a legislação para corrigir aspetos negativos e esclarecer outros, como o papel das EMAEI e os CAA, ou medidas interpretadas de forma díspar. Os princípios da Educação Inclusiva devem estender-se a todos os docentes e setores, como na formação, nas decisões, nas ações e na legislação de forma integrada. É importante desburocratizar para otimizar e priorizar a ação direta.
- Efetivar o Departamento de EE, que garanta o respeito, a representatividade e a especificidade da função, bem como a colaboração e formação destes professores, pela partilha e apoio mútuo, com autonomia.
- Aumentar os recursos para a Inclusão, nomeadamente professores especializados e AO com formação, bem como equipas multidisciplinares afetas aos Agrupamentos. A inclusão no currículo e na turma, depende de apoios em quantidade suficiente, parcerias, tutorias e redução da turma.
- Criação do Grupo de Recrutamento de Intervenção Precoce, com formação em quantidade e qualidade, com concurso. A rede de creches deve ter integrada no Sistema Educativo, bem como, logicamente, a IP. ●

Contrato Coletivo de Trabalho IPSS

Revisão Salarial para 2024

Graça Sousa | Dirigente SPGL

A FENPROF chegou a acordo com a CNIS, na revisão do CCT, com vista aos aumentos salariais para 2024, que aguarda publicação no Boletim de Trabalho e Emprego. É de salientar que as tabelas dos docentes têm um aumento médio de 1,8%, no nível de ingresso um aumento de 4,8%, sendo que esta percentagem decresce ao longo dos níveis da tabela até ao valor 0,8% no topo da carreira. Em face da publicação do CCT, os aumentos salariais terão efeitos retroativos a janeiro de 2024.

Quando o CCT for publicado em BTE, divulgaremos junto dos colegas. ●

Recuperação do tempo de serviço

Em 6 de junho, a FENPROF reuniu com o Ministério da Educação, Ciência e Investigação (MECI), no âmbito do processo de negociação suplementar, que requereu. Foram vários os avanços obtidos na negociação suplementar, mas se a FNE e outros não tivessem assinado aquele acordo, seguramente, agora, estaríamos a anunciar mais ganhos.

A FENPROF não se resignará e tudo fará, no âmbito das instâncias adequadas, para melhorar o diploma legal que for publicado.

Se tiver outras questões gerais e/ou sobre o seu caso específico contacte o SPGL e o Serviço de Apoio a Sócios.

perguntascomresposta

PERGUNTA 1

Se nenhuma organização tivesse assinado o acordo, os aspetos positivos da proposta do MECI ficariam sem efeito?

Não. O que resultasse do processo negocial e ficasse registado em ata seria suficiente. A assinatura do acordo compromete quem o assina com a solução encontrada e dificulta a sua melhoria, daí ser legítimo afirmar que o acordo serve o Ministério e não os professores. ●

PERGUNTA 2

A última proposta que o MECI apresentou recupera o tempo de serviço mais rapidamente do que a da FENPROF?

Não, porque termina em 1 de julho de 2027 e a FENPROF propunha 1 de julho de 2026, isto é, 3 e não 4 anos. No entanto, esse não seria motivo para não se chegar a acordo. ●

PERGUNTA 3

Quem são os docentes que, tendo perdido o tempo dos congelamentos, nada irão recuperar, o que terá forte impacto na pensão de aposentação?

Os do 9.o que progredirem ao 10.º até 31/08/2024; os mais de 13 400 do 10.º; os cerca de 15 000 aposentados entre 01/01/2018 e 31/08/2024, que são os que cumpriram todos os anos de congelamento. ●

PERGUNTA 4

Quem são os professores que só irão recuperar parcialmente o tempo perdido?

Os do 9.º e 8.º escalões e alguns do 7.º. Poderão perder entre 1 dia e 2302 dias (6A 6M 22D). O impacto far-se-á sentir na pensão de aposentação. ●

PERGUNTA 5

Como resolver este problema?

Não sendo possível uma solução plena, o problema será atenuado se for aprovado um regime excecional de cálculo ou recálculo do valor da pensão, como propõe a FENPROF. ●

PERGUNTA 6

Como fica a situação de quem perdeu tempo de serviço em lista de vagas?

Será mantido o disposto no DL 74/2023 (o chamado acelerador) e esse tempo recuperado não será descontado no que há a recuperar. Mas isto só se verifica para os anos completos, perdidos em lista, ficando por recuperar os meses perdidos entre o momento em que foram reunidos os requisitos e o dia 31 de dezembro desse ano. ●

PERGUNTA 7

Quem gastou módulos dos 1018 dias para graduação na lista de vagas, pode recuperá-los?

Por razões de equidade, a FENPROF vem insistindo na necessidade de este tempo ser recuperado. Na negociação suplementar, o Ministério assinalou a questão para apreciação, pois não foi salvaguardada no "acordo". É daquelas que, não sendo solucionada no diploma legal, levará a FENPROF a tentar resolvê-la noutras instâncias. ●

Mais perguntas e respostas

A avaliação do desempenho dos docentes do ensino particular e cooperativo

Virgílio Teixeira | Advogado

A convenção coletiva celebrada entre a CNEF e a FENPROF no artigo 12.º estabelece, para além de outros requisitos, a necessidade de avaliação do desempenho para a progressão salarial. Na falta de avaliação por motivos imputáveis à entidade empregadora, atribui-se a classificação de bom ao serviço prestado pelos docentes e formadores. As regras e critérios a adotar na avaliação são as que constam do Regulamento de Avaliação de Desempenho que se encontra a ela Anexo.

Este regulamento aplica-se aos docentes integrados na carreira, com exceção dos que exercem funções de direção pedagógica. A avaliação deve ser realizada por referência ao projeto educativo e a direção decide se ocorre anualmente ou no final de cada nível salarial.

A avaliação incinde sobre o desempenho realizado nos seguintes domínios: conhecimentos científicos e didáticos, promoção da aprendizagem, identificação e vivência do projeto educativo, avaliação, trabalho de equipa e relação com os alunos e encarregados de educação. Para os docentes com funções de coordenação ou chefia é acrescentado um domínio de liderança e gestão. A avaliação concretiza-se de acordo com os indicadores constantes na grelha existente no regulamento.

Na determinação dos resultados individuais, cada domínio é classificado numa escala de 1 a 5. De seguida é calculada a média de todas as classificações atribuídas e o valor da média é arredondado à unidade. Esta classificação quantitativa é transformada em qualitativa nos seguintes termos: 1 e 2 = insuficiente; 3 = suficiente; 4 e 5 = bom.

A direção pedagógica do estabelecimento é responsável pelo processo. O seu desenvolvimento e a atribuição das classificações finais ficam a cargo de uma comissão. Cabe à entidade titular do estabelecimento ratificar o resultado final da avaliação proposto pela direção pedagógica.

Este processo de avaliação tem os seguintes procedimentos: nos primeiros 30 dias do 3.º período letivo do ano em que se realiza a avaliação o docente entrega à direção pedagógica o documento com a sua autoavaliação, elaborada por referência aos domínios a avaliar; até 30 de junho subsequente à data de início do procedimento, a comissão de avaliação apresenta um relatório com a descrição dos elementos tidos em conta na avaliação, a classificação atribuída e respetiva fundamentação; a entidade titular do estabelecimento, no prazo de 15 dias úteis, deve ratificar a avaliação e comunicar o resultado final ao docente no prazo de 5 dias.

Os docentes colocados no escalão de ingresso podem progredir com a classificação mínima de suficiente, os restantes só podem progredir na carreira com a classificação de bom.

A avaliação final pode ser impugnada através de recurso obrigatório à arbitragem, que tem de ser interposto no prazo de 15 dias úteis a contar da data em que o docente recebeu a classificação e segue os procedimentos previstos no regulamento. Os meios judiciais só podem ser utilizados após realização da arbitragem. ●

a voz a quem entra

Sara Covas | Dirigente Sindical

Sara Francisco tem 23 anos e está a terminar o Mestrado em Ensino de Português e Língua Estrangeira no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, enquanto dá aulas de Português Língua Não Materna na Escola EB 2,3 Professor Galopim de Carvalho, no concelho de Sintra.

Sara Covas (SC) - Estás a acabar o mestrado em ensino e acumulas horas com um turma de PLNM. Como tem sido a conciliação?

Sara Francisco (SF) - Não tem sido fácil, especialmente porque estou a estagiar em duas escolas distintas. Por vezes, existem sobreposições de aulas, reuniões e atividades e eu nem sempre consigo garantir a minha presença e o meu devido contributo.
A prática de ensino supervisionada implica bastantes horas de trabalho, horas em que estamos ora a planificar, ora a lecionar, ora a corrigir trabalhos, ora a refletir e a escrever o nosso relatório... Quando a isto adicionamos a responsabilidade de assegurar uma turma de PLNM, é óbvio que o trabalho não diminui, muito pelo contrário. No meu caso, ainda é mais exaustivo devido ao facto de trabalhar mais do que um nível em PLNM.
Não obstante, trabalhar como professora de PLNM tem sido uma experiência crucial para mim, dado que o estágio ainda não consegue oferecer aos mestrandos a possibilidade de terem as suas próprias turmas. Sinceramente, eu sinto que ainda existe uma diferença muito significativa entre dar aulas como estagiária e dar aulas como professora (no meu caso, de PLNM), tanto no que diz respeito às partes mais administrativas, como nas próprias relações com os alunos, dado que no estágio não se dá um envolvimento tão grande na comunidade escolar e na própria prática docente.

SC - Relativamente ao PLNM, parece um parente pobre no nosso sistema e que carece de uma reflexão urgente. Há cada vez mais alunos estrangeiros, integrados ao longo do ano, que vão aprendendo a língua ao mesmo tempo que estão a ter aulas de ciências, matemática, física química. Acabam por ficar em segundo plano. Como geres esse sentimento de frustração?

SF - Sem dúvida que o PLNM carece de uma reflexão urgente e de um sistema que reconheça a sua importância. Infelizmente, os alunos que chegam a Portugal vindos de um país estrangeiro e necessitam de uma aprendizagem mais elementar da língua portuguesa, ainda são colocados todos na mesma turma independentemente do seu nível de proficiência linguística ou juntamente com os alunos de português regular das suas respetivas turmas... Existem vários problemas associados a esta realidade. Em primeiro lugar, é muito difícil gerir uma turma em que existem diferentes níveis de proficiência linguística, o que resulta, evidentemente, num ensino e numa aprendizagem menos orientados e, por conseguinte, menos eficazes. Em segundo lugar, é utópico pensar que esta é a forma ideal

de integração e inclusão de um aluno no sistema escolar português. Estas famílias, quando chegam a Portugal, necessitam de apoio por parte da escola, formação. Em vez disso, os alunos são condenados a reprovar porque é muito difícil transitarem para o ano seguinte quando têm dificuldades em compreender o português... Quando vêm à escola não entendem nada do que se passa nas aulas e, dadas as circunstâncias, tendem a desinteressar-se e a faltar mais às aulas. Já os encarregados de educação, que na maior parte das vezes também têm dificuldades em comunicar com a escola, vivem com imenso medo que os seus educandos sejam notificados à CPCJ.

Na minha opinião, a disciplina de PLNM é fundamental para a boa integração e inclusão dos alunos estrangeiros nas escolas portuguesas e para que exista um ambiente escolar diverso e respeitoso. Contudo, estes alunos e as suas famílias necessitam de um ano de integração e inclusão mais eficaz, que os ajude a conhecer a cultura portuguesa e os processos administrativos ligados às áreas de maior interesse (como, por exemplo: a educação, a saúde, o trabalho e a habitação).

Realmente, é muito frustrante ver que estes alunos e as suas famílias ainda sofrem com as lacunas do sistema de ensino que vigora atualmente em Portugal. Mas eu acredito que haja quem queira melhorá-lo e que lute para que isso aconteça e espero que futuramente se comecem a dar algumas mudanças positivas, como por exemplo criar um grupo de recrutamento para PLNM e um respetivo mestrado em ensino. ●

Professores pela Paz

Palestina Livre!

Integrando a comitiva do SPGL, vários professores, educadores e investigadores participaram no dia 11 de maio, do Largo José Saramago em direção ao Martim Moniz, em Lisboa, na Manifestação «Paz no Mundo | Palestina Livre | Não à Guerra!», convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, o Conselho Português para a Paz e a Cooperação, o Movimento pelos Direitos do Povo Palestiniano e pela Paz no Médio Oriente e o Projecto Ruído - Associação Juvenil.

No apelo das organizações promotoras podia ler-se: "(...) vamos manifestar-nos: pelo direito de todos os povos a viver em paz, pelo futuro da Humanidade, pelo fim imediato do genocídio do povo palestiniano, por uma Palestina livre e independente, contra o militarismo e a guerra".

Entretanto, também no dia 28 de maio, dia em que três países – Noruega, Espanha e Irlanda – reconheceram o Estado da Palestina, o SPGL participou em nova concentração de solidariedade, no Rossio. Manifestantes exigiram que também o Governo português reconheça o Estado da Palestina, contribuindo para o respeito do direito internacional, para o cumprimento dos direitos nacionais do povo palestiniano, reafirmados desde há décadas em inúmeras resoluções das ONU. ●

Em Abril saímos à rua, em Maio a luta continua!

Nos 50 anos de Abril, do 1.º de Maio de 1974 e da fundação do SPGL, professores, educadores e investigadores estiveram nas ruas a celebrar e a exigir o cumprimento dos direitos alcançados com a Revolução e plasmados na Constituição da República Portuguesa.

Fotografias | 25 de Abril

Fotografias | 1.º de Maio

A par do valioso contributo evidenciado ao longo do ano letivo, com as mais diversas atividades promovidas nas escolas e instituições de ensino, professores, educadores e investigadores participaram ativamente nas comemorações realizadas no próprio dia 25 de Abril. No dia em que se celebraram 50 anos da Revolução, foram inúmeros os docentes a sair à rua e a manifestarem-se, designadamente nas iniciativas realizadas nas diferentes regiões da área de influência do SPGL, com destaque para os desfiles realizados nas cidades de Santarém e de Lisboa. Neste âmbito, é de realçar a grandiosa comitiva do SPGL presente no desfile realizado na Avenida da Liberdade, em Lisboa, a maior manifestação de massas já mais vista no nosso país, depois do 1.º de Maio de 1974. Respondendo claramente ao apelo da Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril que convocou todas a forças democráticas «(...) para fazer avançar as liberdades e garantias, os direitos políticos, económicos, sociais e culturais, e os valores de Abril consagrados na Constituição da República Portuguesa, e para combater os fenómenos de cariz racista, xenófobo, antidemocrático e fascista que ameaçam as liberdades, a democracia, o pluralismo e a convivência pacífica, em Portugal e no mundo», professores, educadores e investigadores, tal como há 50 anos, afirmaram Abril também em Maio. Uma vez mais, foram inúmeros os docentes presentes nas manifestações convocadas pela CGTP-IN, exigindo o aumento de salários e pensões e a garantia de direitos. ●

Frente Comum

Jornada Nacional de Luta da Administração Pública

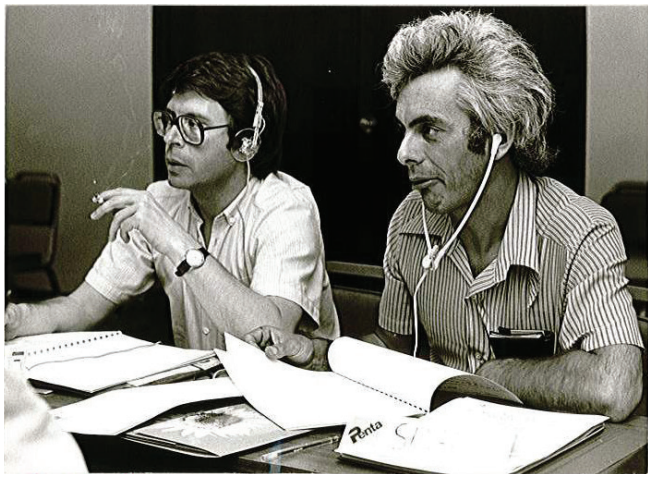
Augusto Figueiredo | Dirigente SPGL

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública realizou, no passado dia 17 de maio, uma importante Jornada Nacional de Luta. Milhares de trabalhadores da Administração Pública, incluindo professores, educadores e investigadores, manifestaram-se das mais diversas formas em defesa do aumento dos salários, de uma política fiscal justa, da valorização das carreiras, da eliminação das quotas na avaliação de desempenho, bem como em defesa do reforço dos serviços públicos.

No âmbito desta Jornada, destaca-se a apresentação de pré-aviso de greve por parte da Federação Nacional dos Professores e, em convergência com a ação levada a cabo por outros sindicatos, a concentração de milhares de trabalhadores da Administração Pública (AP) realizada em Lisboa. A Praça da Figueira foi pequena para acolher os milhares de trabalhadores que rumaram em direção ao Ministério das Finanças. Vindos de várias regiões, professores, educadores e investigadores participaram também nesta ação, reforçando a comitiva de ativistas, delegados e dirigentes sindicais do SPGL e dos sindicatos da FENPROF.

Trabalhadores da AP recusam empobrecer a trabalhar. A Proposta Reivindicativa Comum para 2024 apresenta soluções para os problemas que todos os trabalhadores da AP enfrentam. Temos propostas, exigimos soluções. A luta vai continuar enquanto os problemas não estiverem resolvidos. Por isso, já no dia 18 de junho terá lugar uma Cimeira dos sindicatos da AP para definir novas formas e ações de luta. ●

À memória de Óscar Soares, que nos deixou no dia 21 de abril de 2023



Texto completo

https://www.spgl.pt/a-memoria-de-oscar-soares-que-nos-deixou-no-dia-21-de-abril-de-2023

Augusto Pascoal | Presidente do Conselho Fiscal

O Óscar foi um professor dedicado às causas da Educação, aos seus alunos, aos problemas que os professores foram enfrentando, na sua relação com o Ministério da Educação e com as entidades patronais, como aconteceu na Casa Pia de Lisboa. Ele foi também um professor dedicado à sua Escola – a Secundária Emídio Navarro, em Almada, onde trabalhou afincadamente em toda a sua vida profissional e que dirigiu democraticamente, como Presidente do Conselho Diretivo, durante três mandatos.

Conhecemo-nos na luta em defesa da Gestão Democrática das Escolas, ameaçada pelo Ministério da Educação de Sotto Mayor Cardia, defendendo sempre o primado da pedagogia sobre a componente burocrática e administrativa, que a deveria servir. Essa luta vencedora, dinamizada por mais de trinta Conselhos Diretivos da Grande Lisboa e por muitos outros que se lhe juntaram, despertou em nós a vertente sindicalista das nossas vidas, no SPGL, na fundação da FENPROF, em vários mandatos do Conselho e do Secretariado Nacional da Federação e, mais tarde, no Conselho Nacional da CGTP-IN.

No contexto do Sindicato ganhámos e perdemos eleições, mas sempre dispostos a continuar a trabalhar no seu interior, para que ele fosse mais forte e representativo, querendo o melhor para o SPGL e, através dele, para os professores.

Fomos Amigos e Companheiros para a vida, a partir da ação sindical, e inseparáveis, mesmo nos raros momentos em que divergimos. Por isso nos sentíamos como irmãos no seu desenvolvimento. Tive sempre por ele imensa amizade, respeito, estima e admiração, pela sua inquebrável determinação na defesa dos princípios em que acreditava, pela força que imprimia ao que fazia, pela forma de ser e de estar, como cidadão de Abril, que sempre foi desde jovem estudante, muito antes da Revolução, na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, da justiça social e dos valores da solidariedade. No plano sindical, mobilizava outros colegas quando era necessário, para aprofundar o que estava em causa e para agir, com proporcionalidade e sensatez.

Enquanto estudante, no Técnico, foi dirigente associativo e na Universidade de Lisboa um forte dinamizador do Cineclube Universitário.

Como militar, enquanto capitão miliciano, foi comandante da Companhia Militar que batizaram na Guiné de "Raposa da Bolanha" (a Bolanha era um ecossistema da região onde operavam), onde estava no dia 25 de Abril de 1974, já com ligações ao Movimento dos Capitães e à criação do Movimento das Forças Armadas.

No SPGL, foi dirigente durante mais de 30 anos e seu Vice-Presidente em 12 desses anos. Envolveu-se profundamente, como sempre fazia, nos processos reivindicativos, na participação do Sindicato junto dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, na altura da preparação da que veio a ser a Lei de Bases do Sistema Educativo e na definição e negociações do Estatuto da Carreira Docente do ensino não superior. Assumiu um papel determinante nos casos complexos que o Sindicato enfrentou como, por exemplo, os que ocorreram, em 1978, na então Escola Preparatória Visconde Juromenha, em Mem Martins e, em 1982, na Escola Secundária São Julião, de Setúbal (atual Sebastião da Gama). [...]

É substituir a força da razão pela razão da força

João Cruz | DESI SPGL

A missão dos sindicatos abarca a intervenção cívica na defesa de ideais e princípios que se afigurem importantes para o contexto onde trabalham e vivem os seus associados. Foi com este dever cívico e ético que o SPGL tomou posição sobre chamar a polícia para expulsar estudantes das Faculdades quando estes se encontram a realizar protestos sobre questões que os preocupam. Não se tratam de manifestações violentas nem de atos de vandalismo dirigidos contra o património das escolas. Não existem vestígios nem testemunhos credíveis de violência ou danos produzidos pelos manifestantes. É certo que todos os protestos acarretam sempre algum incómodo para quem com eles se cruza. É a natureza e mecânica própria do protesto.

Expulsar pela força física da polícia os estudantes não violentos é um ato de impedimento da exposição e discussão das ideias que motivam a sua manifestação. É substituir a força da razão pela razão da força. É destratar os estudantes com a prepotência. Especialmente triste é que isto seja uma prática ressurgente nas Faculdades, em 2024, e que possa estar a ser banalizado antes de ser alargado a outros âmbitos. Igualmente penoso é assistir ao exercício de contorcionismo e efabulação argumentativa de quem chama a polícia para varrer os corredores.

Outra obrigação cívica que se impôs recentemente aos sindicatos da FENPROF foi a de apelar, em carta aberta, aos Reitores e Presidentes dos Institutos Politécnicos portugueses para abandonarem a sua posição de testemunha apática relativamente ao massacre civil em curso na Palestina. Um massacre que, além as comunidades universitárias e suas famílias, inclui a destruição plena das Universidades Palestinianas.

As Universidades e Politécnicos portugueses ocupam um lugar central para mobilizar a atenção, se não mesmo a censura, da população portuguesa para a chacina em curso. Podem implementar embargos e sanções a entidades suas congéneres ou suas parceiras que cooperam com a chacina, ou que a facilitam pelo seu silêncio. Podem fazer declarações políticas através das associações internacionais a que pertencem. E ainda têm o poder para montar de imediato esquemas próprios de acolhimento para estudantes e académicos palestinianos que cheguem a Portugal fugindo do massacre, à semelhança do que foi bem implementado para os refugiados Ucranianos.

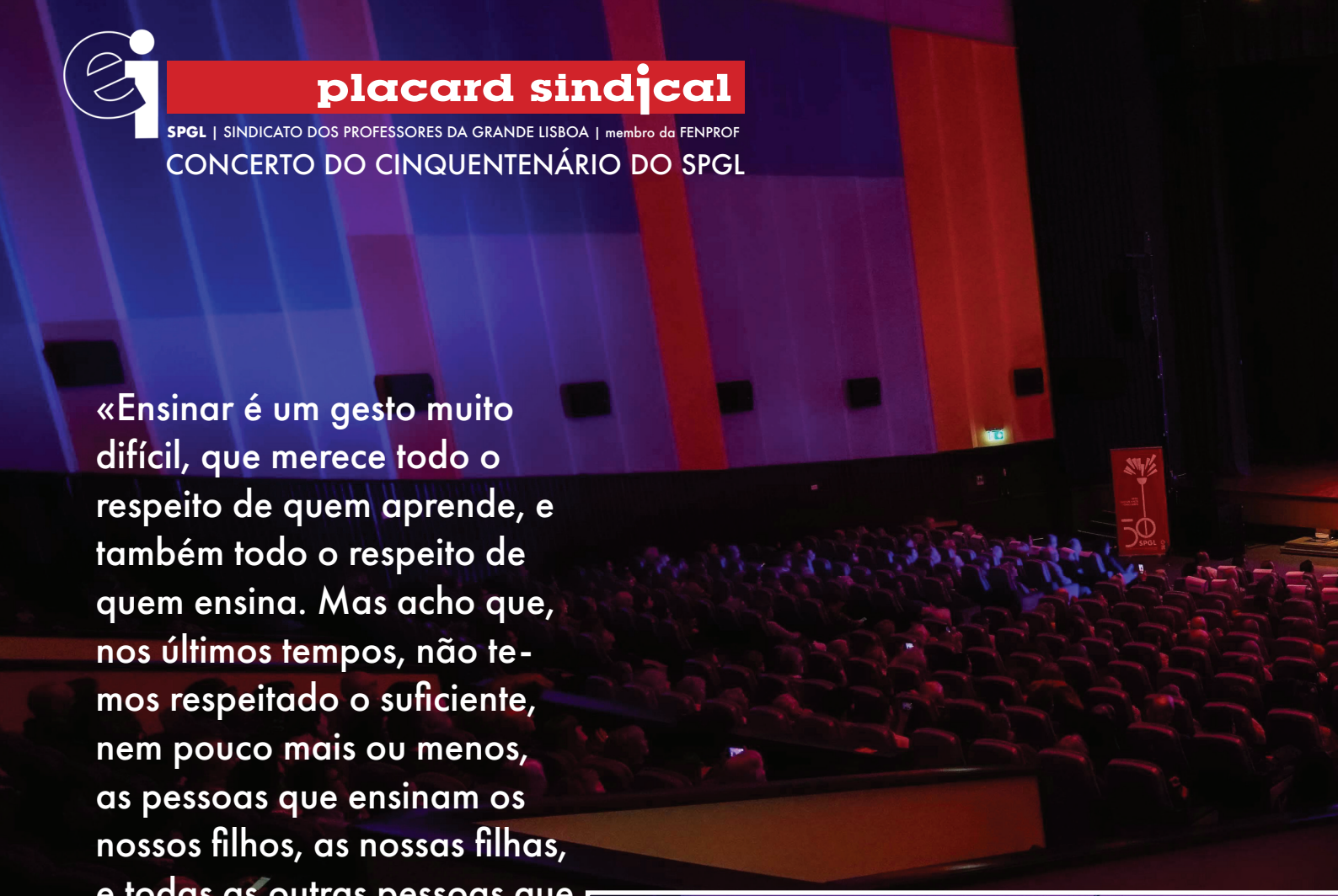
Não é aceitável deixar formar-se a ideia de que a cor da pele ou a origem geográfica das vítimas ainda determina uma dualidade de pesos e medidas por parte das nossas Universidades e Politécnicos.●

Comunicado sobre a atuação da PSP na Universidade de Lisboa

Carta aberta: Embargo às relações comerciais, académicas e científicas com firmas e instituições com sede em Israel que contribuam para a guerra na Palestina

placard sindical
SPGL | SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA | membro da FENPROF

CONCERTO DO CINQUENTENÁRIO DO SPGL



«Ensinar é um gesto muito difícil, que merece todo o respeito de quem aprende, e também todo o respeito de quem ensina. Mas acho que, nos últimos tempos, não temos respeitado o suficiente, nem pouco mais ou menos, as pessoas que ensinam os nossos filhos, as nossas filhas, e todas as outras pessoas que aprendem. Para mim sempre foram muito importantes os meus mestres, os professores, professoras.»

Júlio Resende
Fado Jazz - Filhos da Revolução

+ fotografias

SPGL

«(...) aqui, neste palco, há colegas, há professores, há camaradas porque há sindicalistas e membros dos sindicatos de professores, do SPGL, mas também de outros sindicatos do país. E há amigos, porque nós olhamos aqui para os olhos das pessoas e, muitas delas, encontramo-las em vários sítios. Isto porque a Brigada é um grupo antigo. Tem quase 50 anos, como o SPGL. E, ao longo de todo este tempo, nós vimos fazendo uma coisa que é: usufruir daquilo que a Revolução nos trouxe.»

Manuel Pires da Rocha
Brigada Victor Jara

Fotografias: José Frade / SPGL D.I.

Debate Regional do Oeste – "Sindicalismo Docente e a Luta pela Dignificação da Profissão" & Espectáculo

No âmbito das comemorações dos 50 anos do SPGL, a Direção Regional do Oeste promoveu no passado dia 11 de abril, no Auditório da Câmara Municipal, em Torres Vedras, um debate subordinado à temática "Sindicalismo Docente e a Luta pela Dignificação da Profissão", com a participação de Anabela Delgado e António Avelãs.

Entretanto, no dia 7 de junho, teve lugar uma outra iniciativa da Direção Regional do Oeste. Na Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, em Óbidos, realizou-se um espetáculo musical, envolvendo alunos da escola, antigos professores e outros trabalhadores de Peniche. O espetáculo integrou uma homenagem a todos(as) quantos ao longo dos anos estiveram à frente da Direção Regional do Oeste. Após o espetáculo houve um jantar de confraternização, confecionado pelos alunos do curso profissional de cozinha/pastelaria. ●

Debate Regional de Santarém – "Dos Grupos de Estudo à fundação do Sindicato de Professores"

"Dos Grupos de Estudo à fundação do Sindicato de Professores", em defesa da classe docente e de uma Escola Pública de qualidade, foi o tema do debate, realizado no passado dia 17 de maio, no Fórum Mário Vegas. A iniciativa integra-se no programa da Comissão das Comemorações Populares do 25 de Abril em Santarém. Foram oradores Maria Manuel Calvet Ricardo, Augusto Figueiredo, e Everilde Pires. ●

Conversa com Maria José Maurício e Pedro Tadeu

No passado dia 23 de maio, na sede do SPGL, teve lugar uma conversa com Maria José Maurício e Pedro Tadeu, promovida pelo Departamento de Aposentados do SPGL. Maria José Maurício apresentou o livro, da sua autoria, "Participação Popular e Cidadania na Revolução de 25 de abril 1974 (Um longo percurso histórico)". Pedro Tadeu, jornalista, fez uma apresentação, com som e imagem, da história de "Seis Canções do pós-25 de Abril". ●

Exposição URAP & Debate Regional de Setúbal – "A Gestão das Escolas em 50 Anos de Democracia"

A Direção Regional de Setúbal assinalou, neste mês de junho, os 50 anos do SPGL, com a inauguração na Delegação de Setúbal de uma exposição alusiva ao 25 de abril, em parceria com a URAP - União dos Resistentes Antifascistas Portugueses.

Entretanto, no dia 7, no Auditório do Edifício do Poder Local, no Feijó (Almada) a D. R. de Setúbal promoveu um debate sobre "A Gestão das Escolas em 50 Anos de Democracia", com a participação de António Teodoro e Maria Helena Gonçalves. ●

SPGL presente nas tomadas de posse do SPZS, SPM e SPRC

SPGL esteve presente nas tomadas de posse dos novos corpos gerentes do SPZS, SPM e SPRC. O SPGL saúda os novos corpos gerentes dos sindicatos membros da FENPROF. Continuamos juntos em defesa da Escola Pública e pela dignificação de professores, educadores e investigadores. ●

Um ginásio era exíguo para comportar os quatro mil profes[illegible] que pela primeira vez puderam debater abertamente os seus problemas e a asse[illegible] teve de «mudar-se» para o Pavilhão dos Desportos

Sem memória não há futuro!

Ao longo do presente ano temos afirmado «SPGL tantos anos como Abril». De facto, a história da resistência à ditadura e ao fascismo, pela liberdade, bem como da fundação do nosso Sindicato, estão interligadas. Certos de que sem memória não há presente e não há futuro, e do papel insubstituível que cada professor(a) tem na luta contra o esquecimento e na transmissão da memória às novas gerações, reunimos neste caderno um conjunto de diferentes textos que têm como denominador comum a própria reflexão em torno da memória e como esta está a ser, ou não, trabalhada. Simultaneamente, apresentam-se também alguns dos ecos das próprias comemorações dos 50 anos do SPGL, um percurso que começa com um punhado de professores, os quais, mesmo quando os tempos se apresentavam negros, não desistiram. Depois, já com a Liberdade que Abril tornou possível e com a energia que a Revolução democrática lhes deu, semearam e construíram esperanças e fizeram este percurso de uma geração de professores a quem coube destruir a velha escola do fascismo e sonhar e construir a nova Escola de Abril. Recordemos o percurso destes professores que, quando era preciso fazer tudo ou quase tudo, deram o corpo ao manifesto e construíram os novos e democratizados programas, construíram a autonomia e a gestão democrática das escolas, exigiram para as escolas um corpo docente profissionalizado e estável. Porque Abril é essencialmente o futuro e este só existe com memória, aqui fica este registo de 50 anos de intervenção e de luta persistentes, sempre percorrido junto dos professores portugueses, sempre na construção de uma Escola Pública de Qualidade. Para que seja sempre Abril. ●

José Feliciano Costa | Presidente do SPGL

Entrevista com Conceição Matos e Domingos Abrantes, resistentes antifascistas

«Há um trabalho de 50 anos de apagão da memória»

Manuel Guerra | Dirigente Sindical

Entrevista completa

Em março, Conceição Matos e Domingos Abrantes, resistentes antifascistas, participaram numa conversa na sede do SPGL, por ocasião da apresentação do livro *Elas estiveram nas prisões do fascismo* (URAP), numa iniciativa promovida pelo Departamento de Aposentados. Nessa ocasião, foi feito um convite para uma entrevista, cujos excertos se partilham agora nesta edição impressa.

Manuel Guerra – Como era a vida de uma criança no fascismo?

Domingos Abrantes – Quando nós vamos às escolas, uma das coisas que mostramos aos jovens é precisamente o que era o nosso quotidiano. É muito difícil para um jovem que nasceu em liberdade, que tem conquistas que eram impensáveis há 50 anos. Ora, quando lhes mostramos uma fotografia com turmas inteiras descalças, é porque é difícil para os jovens de hoje entenderem. Eu ia para a escola descalço. Íamos para a escola, para a fábrica sem comer. As casas não tinham saneamento básico. Era uma realidade de dificuldades enormes. Era viver a miséria. O fascismo era miséria.

Conceição Matos – Houve uma vez que fomos a uma escola com miúdos dos 4 aos 6 anos. Era quase um infantário. E ficou na minha frente uma menina com 6 anos. E quando eu lhe mostrei as fotografias e os professores foram mostrar aos miúdos — fotografias de crianças descalças em duas escolas diferentes, uma do Norte e outra mais a Sul —, o que é que aconteceu? Aquela menina à minha frente, com 6 anos, começou: «Ah! Ah!». Preocupada, não queria acreditar que os meninos fossem para a escola descalços. E tivemos de explicar que realmente era assim, que eu própria fui para a escola descalça. Só para se ficar com uma ideia, a minha mãe costumava fazer umas sandes para o meu pai levar de noite — era operário na CUF, trabalhava sempre de turnos, precisamente para fazer face às dificuldades. E a minha mãe arranjava-lhe umas sandes, que não podia dar aos filhos, para o meu pai levar de noite. E, às vezes, os meus irmãos iam comer as sandes do meu pai. Lembro-me muito bem da minha mãe dizer isto: «Ó filhos, vocês não façam isso, porque o vosso pai tem que comer de noite. E se ele não come, adoece. E não pode trabalhar. E vocês morrem de fome.».

DA – São mundos completamente diferentes! Agora, o problema é se estes jovens são educados na ideia de que isto foi o resultado da conquista da liberdade. Porque a vida de miséria era imposta, sobretudo, na base da supressão da liberdade.

CM – Era realmente uma vida difícil, tão difícil que as pessoas não podem imaginar. Só podíamos ir até à 4.ª classe. Portanto, com muita pena minha, tanto eu como os meus irmãos só fizemos a 4.ª classe.

MG – E como era a escola do fascismo, no tempo em que puderam estar na escola?

DA – A nossa experiência é uma experiência de instrução primária. Já quando trabalhava na fábrica andei numa escola industrial noturna. O obscurantismo era uma das características do fascismo no ensino. Salazar tinha mais medo do ensino, da cultura, da instrução, do que o diabo da cruz. Basta ver os livros da instrução primária. Mas havia exceções, professores que procuravam imprimir um ensino mais progressista, mas eram limitados quer pelos manuais e pelos programas, quer pela vigilância que havia sobre os professores. Muitos professores foram afastados do ensino.
Era um ensino, digamos, de um baixo nível. Além de que se pintava Portugal cor-de-rosa, que era uma falsidade. Para já havia um problema que era a separação entre rapazes e raparigas. Hoje os jovens até ficam um bocado arregalados quando se diz que onde havia rapazes, não podia haver raparigas. Depois, toda a educação, mas sobretudo pior para as raparigas, assentava na moral fascista de incutir a ideia da mulher doméstica, obediente, e toda a estrutura era preparada para essa mentalidade. Além da própria violência. Ainda me lembro das reguadas.

Havia, aliás, coisas de uma infâmia... eu lembro-me, por exemplo, na minha escola, que uma das coisas que se fazia quando se dava erros, era pôr orelhas de burro. Exibir os miúdos, aos outros miúdos, com orelhas de burro. Isto mostra logo o nível.

CM – O que mais me marcou foi o problema das reguadas. Vinha a professora com a régua. E depois, ao bater, a pessoa fazia assim. Dava uma, depois dava a outra. Era constantemente a bater. Outra coisa ainda era pôr-nos encostados à parede de costas, com as mãos na parede, e ficar ali tempos sem fim. Outras vezes, até nas janelas, para que os outros vissem...

MG – Estava aqui a pensar, com os vossos relatos, que era todo um «sistema» que desde criança já assentava na violência...

DA – A violência era a regra geral em que vivia o fascismo! Era uma sociedade de violência. Violência de organização. Mesmo no próprio trabalho, sobretudo sobre os miúdos, com algumas exceções.

CM – Havia muita repressão. Por exemplo, tenho uma irmã que foi levada à polícia, só porque, quando assaltaram a casa da minha mãe, para levar o meu irmão, encontraram na cama, no quarto dela, um papel. Logo levaram a miúda para a polícia que havia dentro da própria fábrica. O fascismo era assim. E hoje põe-se em questão o fascismo. Nós não podemos esquecer que o fascismo existiu.

MG – Como é que, mesmo perante tudo o que estão a descrever, uma pessoa se pôde formar e se pôde educar nesse contexto?

CM – As crianças começavam a trabalhar muito cedo. Portanto, saíam da escola e iam trabalhar. Eu fui trabalhar com 10 anos. Trabalhei em vários sítios. Primeiro na costura, depois numa fábrica de cortiça.

DA – Nós também tivemos sorte, chamemos-lhe assim... Porque vivíamos em bairros operários com consciência política. E, sobretudo, bairros operários que tinham um «culto da cultura». Foi uma coisa que, infelizmente, se foi perdendo. Mas havia no movimento operário a ideia de que os trabalhadores deviam preparar-se para discutir com os seus inimigos. Havia malta do Poço do Bispo que ia ao Barreiro, por exemplo, buscar livros para ler. Todas aquelas coletividades tinham grandes bibliotecas. Eu por exemplo – claro que tinha o meu irmão mais velho e ligado ao Partido – era daquela malta que ia à biblioteca buscar livros para ler. Comecei a ler também muito jovem, mas sobretudo por essa influência caseira e do Oriental de Lisboa, e não tanto da escola. O Oriental criou mesmo uma Secção Cultural que acabou por ser assaltada pela polícia.

MG – Lembram-se de alguns desses livros formativos e que de alguma maneira fizeram ver as coisas de maneira diferente?

Conversa com Conceição Matos e Domingos Abrantes - Sede SPGL, 6/6/2024

DA – Todos nós fomos marcados pela *Mãe*, de Gorki. A pessoa que me começou a dar livros era uma pessoa com alguma sensatez. Começou por dar-me os livros do Eça e sobretudo do Júlio Dinis, a literatura portuguesa. E depois, mais tarde, talvez a minha grande paixão foi o Tolstói. O *Guerra e Paz*. Mas resulta, não pela influência da escola, mas pela influência do bairro, dos amigos, do trabalho. A escola não tinha a função de educar as pessoas para pensar, para serem autónomas do ponto de vista do pensamento, bem pelo contrário. Há uma frase do Salazar que exprime com toda a clareza o pensamento. Ele considerava a informação, a cultura, os livros, etc., como um «alimento» e que, como qualquer alimento, dizia ele, devem ser vigiados. Esta ideia de alimento é uma ideia muito curiosa para um fascista. É a ideia de que o conhecimento, na cabeça dele, levava à perturbação das pessoas. Quando estive em Peniche, houve um diretor que proibiu os livros, nesta linha de pensamento fascista. Dizia que nós estávamos presos, porque os livros nos deram cabo da cabeça.

CM – Além da *Mãe*, do Máximo Gorki, havia também o *Assim Foi Temperado o Aço*.

MG – A Conceição também já tem dado nota, quando esteve presa e foi sujeita à tortura…

CM – O *Arco-Íris*, da Wanda Wasilewska. Eu agarrei-me a esse livro. Há uma altura que me despem e eu tento cobrir-me na mesa. Estava entre homens. Comecei a olhar. E pensei assim: «Não, eu não posso fraquejar. Tenho que ter força e encarar!». E decidi encará-los e lembrei-me desse livro. E então comecei a gritar. «Um, dois, três… canalhas… vocês são uns monstros, uns bandidos.» Respondi isto, precisamente para pararem com as torturas. Pensava no livro para me agarrar à força. No livro há uma mulher que vai com um filho nos braços e tem as baionetas nas costas. E ela resiste.

MG – Têm feito um trabalho incansável de ida às escolas. Como é que sentem que a memória está a ser, ou não, trabalhada?

DA – Temos uma experiência de quase 50 anos. E uma das conclusões que se vai tirando é que vai ficando cada vez mais distante. E mais distante porque os anos vão passando, mas também porque há um trabalho de 50 anos, digamos assim, de apagão da memória. Basta ir aos manuais escolares a seguir ao 25 de Abril e hoje. A palavra «fascismo» desapareceu dos manuais. É só Estado Novo. Já tive várias diligências junto de governantes. Acho que é um crime a Educação não assumir como uma tarefa a formação democrática das jovens gerações. Não existe como tarefa e como disciplina trabalhar o que foi o fascismo. E isso é um crime que se paga caro. Lembro que este ano, em 27 de abril, foi inaugurado um Museu [MNRL, Peniche], mas a decisão de criar esse museu foi tomada em 1976. Foi preciso quase meio século, para além dos perigos de que esteve quase a ser vendido para um hotel. Isto não é um acaso. É realidade e deliberado. Agora, o que me parece é que é uma coisa gratificante, este trabalho de formar jovens.

CM – A maioria dos pais e dos próprios professores nasceram depois do 25 de Abril.

DA – Este ano é um ano particular. Há um nível de comemorações gigantesco. É claro que é muito desigual, até pelos meios que as escolas têm. Houve escolas com programas gigantescos, e outras… Mas é justo dizer que as comemorações dos 50 anos abrangeram e mobilizaram muitas escolas. O problema é saber se isto morre aqui. E este trabalho assenta não tanto na escola, mas nalguns professores. Da experiência que temos é um trabalho da «carolice» de alguns professores. Já houve um miúdo que me perguntou se aquilo que eu estava a dizer não era «tanga», tal é o absurdo. E há mesmo professores, é justo dizê-lo, que algumas coisas a gente fica na dúvida se sabem mesmo. Por exemplo, uma das coisas que eu levo sempre para as escolas — a Conceição também leva fotografias —, é o Tarrafal. Temos um painel que, aliás, foi feito para Peniche com os 32 assassinatos. Até hoje ainda não encontrei um miúdo que dissesse que sabia o que era o campo de concentração do Tarrafal. E eu até costumo brincar: todos vocês sabem quem é o Ronaldo, quem é a Madonna, mas não sabem o nome de nenhuma destas pessoas que deu a vida pela liberdade. E isto é um problema.

CM – Os jovens bebem as palavras. Querem ouvir. Aparecem muitos professores. Muitas vezes a gente não vai às escolas só para falar com os alunos. Os próprios professores aproveitam muitas coisas.

DA – A nossa grande batalha é os jovens perceberem – os jovens, os professores e os portugueses em geral – que a liberdade conquistada custou enormes sacrifícios. E que a liberdade é inseparável da resistência. Isso desapareceu como objetivo formativo. E há um dever, já não é político, um dever moral de que as jovens gerações deviam ser educadas no sentido de que aqueles sacrifícios não podem ter sido em vão. As famílias também, mas a escola tem um papel decisivo em formar consciências democráticas.

CM – É preciso mostrar aos jovens o que foi antes e depois do 25 de Abril. As conquistas que tivemos. E ajudar os jovens a perceber que o fascismo existiu e é preciso defender a liberdade conquistada com muitos sacrifícios.

DA – E por muitas que sejam as dificuldades de hoje e de amanhã, enquanto houver a liberdade têm a possibilidade de inverter a situação. ●

Entrevista completa

www.spgl.pt/entrevista-com-conceicao-matos-e-domingos-abrantes

Jornada Pedagógica | 11 de maio

Visita ao Museu Nacional da Resistência e Liberdade

Inês Marques | GT Jornadas Pedagógicas

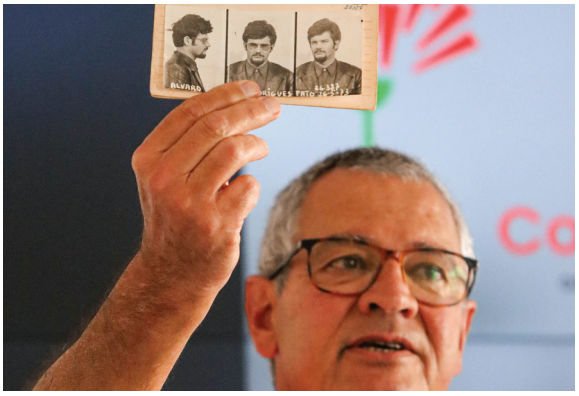
Na manhã ainda fria e húmida, esperava-nos, em Peniche, João Neves que nos conduziu com sabedoria pelo Museu Nacional da Resistência e Liberdade. À tarde, no Ilhéu da Papôa e na Ponta do Trovão, por entre rochas e fósseis, recuámos às caixas temporais mais antigas, que narram a História da Mãe Geia e dos humanos que aí se fixaram. "Foi ouro sobre azul".

Guardar na memória este dia é nunca esquecer os nomes, a coragem escrita no Memorial que nos introduziu, passadas as muralhas, ao universo da dor, da solidão das celas fria, da tortura marcada com sangue nas paredes da solitária. Caminhámos nesse labirinto de terror pelos núcleos que nos contam como se manifestou cruelmente a opressão do regime salazarista sobre os que entregaram a vida para que um dia raiasse o sol e a liberdade se espelhasse "na água da vida". Esta fortaleza-prisão conta-nos, também, como se adaptou o regime aos novos métodos repressivos não neutralizando nunca a ajuda dos penichenses. Após o tempo em que se guardaram os presos nas casernas, como gado, ergueram-se blocos, em torno de um pátio que destaca a opressiva correnteza dos edifícios de janelas com grades com paralelas e perpendiculares, retalhando o mundo aos quadrados. O percurso museológico mostrou-nos o espaço físico na sua crueza, em cores frias, como era a vida dos prisioneiros mostrados nos objectos parcos e pobres com que a vida se desenrolava fora das sessões de tortura ou dos encontros dos afectos com lágrimas que certamente se manifestaram naquele terrífico Parlatório. Os pormenores significativos reforçam, pelo seu minimalismo, a vida dura de quem ali viveu com os baldes a servirem de latrina, ao canto, e um botão nas paredes para chamar o carrasco. Ali, só a janela aberta para o Mar era vida, apelo de fuga trazida pelo vento nas vozes solidárias distantes. Esperança!

Em cores escuras, em atmosfera de luz coada e intimista, percorremos um outro corredor de memória, da história da opressão e crueldade, sem esquecer a coragem e resistência dos nomes escritos e dos anónimos que TUDO ofereceram pela liberdade, pelo sonho de um mundo igual, justo e fraterno. Assim foi. Assim devemos seguir, lutando, com nossos jovens, pela multiplicação dos exemplos ali visíveis. Sempre! ●

Sugestão de leitura

"Cadeia de Caxias" a repressão fascista e a luta pela liberdade



Em conversa promovida pelo Departamento de Aposentados do SPGL, no dia 6 de junho, na sede do SPGL, Álvaro Pato, ex-preso político, apresentou o livro "Cadeia de Caxias – a repressão fascista e a luta pela liberdade". "O reconhecimento a quem o merece" é o título da introdução à obra, da autoria de Levy Baptista, advogado antifascista e presidente da MAG da URAP, que considera que o livro "afirma e defende os valores democráticos e contribui para transmitir às actuais e futuras gerações o conhecimento da natureza, objectivos e crimes da ditadura fascista". O livro reúne múltiplos elementos históricos, nomeadamente fragmentos de biografias de presos e listas de presos. ●

Peniche, património da resistência ao fascismo

Sofia Lisboa | Investigadora

O trabalho historiográfico e museológico baseado em testemunhos e memória é uma tarefa do presente. Afirmar isto é desde logo contrariar um fenómeno que está em curso há várias décadas e que pretende fazer dos processos de patrimonialização um acto de "reparação" para com as vítimas de uma "herança difícil" e assim, de uma assentada, tomar o assunto por encerrado.

Pelo contrário, é importante notar que o património de uma comunidade não é uma herança fechada, material ou "imaterial" à espera de ser preservada, mas é composto por testemunhos de vários tipos que interagem com a posteridade e que se fabricam no presente, na forma como os vários actores continuam a praticar determinada militância ou partilhar referências culturais e políticas com aquilo que (re)lembram.

Os materiais disponíveis ou ainda potencialmente disponíveis para este processo de patrimonialização ter lugar implicam uma vontade política de contrariar o esquecimento natural (mas também deliberado), uma resposta imediata que tem uma dimensão de pesquisa, recuperação, interpretação e salvaguarda intimamente associada ao que se entende, em cada momento, como prioridades culturais e sociais. Assim, considera-se que proteger e tornar vivo e acessível, para as gerações actuais e futuras, um património que existe na medida em que é compreendido e "construído", é uma vantagem diante de um conflito em curso, que exige simultaneamente negociação e compromisso.

Aí reside o interesse em analisar os projectos de patrimonialização da memória que estão na origem dos chamados "museus de heranças difíceis", em diferentes contextos históricos e latitudes, particularmente no que diz respeito à memória da resistência e luta pela liberdade. Observando de perto as suas dimensões museológicas, construídas a partir de testemunhos, estes museus são de natureza precária e conflituosa, mas ao mesmo tempo profundamente ligados a movimentos sociais e políticos de grande importância, que não terminaram, cujas lutas são actualizadas e que continuam a motivar discussões metodológicas e conceptuais em museus um pouco por todo o mundo.

O Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, em Peniche, resgatado pelas lutas do presente a um destino de obliteração, é um exemplo dessa batalha em curso.

A Importância da Memória

Quando a memória entra em jogo e desempenha um papel tão decisivo, não acreditamos que seja útil procurar qualquer "dever de neutralidade", particularmente no que diz respeito ao trabalho destes museus. Lembrar o fascismo e a resistência não pode ser neutro do ponto de vista do regime democrático que emergiu de um processo histórico que pôs fim à ditadura.

Desde que começámos a trabalhar neste tema, surgiu desde logo uma questão relacionada com as políticas públicas de memória e com a lentidão e desconforto que caracterizam o processo de preservação da memória do fascismo e da resistência em Portugal, e o que isso nos diz sobre a correlação de forças estabelecida após a revolução de Abril de 1974.

E também, na mesma medida, o que as mudanças mais recentes, como as que levaram à criação do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade

em Peniche, sugerem sobre essa mesma correlação. Embora o decreto-lei tenha sido publicado em 1976, este levaria 45 anos a sair do papel.

O Papel dos Museus

Então, que papel podem os museus desempenhar quando deixam de ser apenas um lugar para proteger e preservar "objectos valiosos"? Como se concretiza na prática a musealização de testemunhos conflituais? Através de que olhares se representa e em que circunstâncias se conserva uma memória?
Assim, pensamos que pode ser por intermédio destas instituições de memória - os museus - que se reflicta sobre a relação das sociedades actuais com a sua história recente, e em que medida são simultaneamente produto de uma tensão, de um conflito social e político, e espaço de encontro, mutuamente influente, com dimensões frequentemente ignoradas das relações interactivas entre sujeitos e comunidades com relações de poder assimétricas.
A visibilidade das memórias depende de quem as produz, os que fabricam os seus relatos do acontecido, uns sendo cristalizados e os outros tendencialmente silenciados. Uma das consequências das desigualdades de poder é, precisamente, que há grupos com melhores condições para impôr a sua versão do acontecido, e construir uma memória social, que "passa à história", por ser ensinada por aqueles que gozam da autoridade para tal, que é transmitida pelos meios de comunicação dominantes, que se torna "a verdade".

A patrimonialização da resistência em Portugal, o Forte de Peniche

Pensar os processos de patrimonialização da resistência em Portugal no século XX pressupõe interrogar os mecanismos de manutenção da memória colectiva e de disputa de uma memória pública.
A partir de 2016, um vasto movimento de opinião democrática opôs-se ao então anunciado propósito de ocupar a Fortaleza de Peniche com uma unidade hoteleira de luxo e, em contrapartida, sublinhou as desumanas condições ali enfrentadas pelos presos políticos, naquela cadeia que foi parte integrante do "cruel e poderoso aparelho repressivo do fascismo português".
Na introdução da obra editada pela URAP sobre a Fortaleza, Domingos Lobo, jornalista, escritor e activista do movimento que dinamizou a petição «Forte de Peniche - Defesa da memória, resistência e luta», afirma que a consagração deste lugar de memória é fundamental, uma vez que "não bastam as palavras, precisamos da hermenêutica da História", de verdadeiros "mecanismos materiais". Para o antifascista, não bastava "um simulacro dessa realidade" ou "um qualquer monumento erguido no largo fronteiro ao Forte", para "inscrever na memória colectiva 48 anos de privações, tortura, esbulho, abjecção". [...]

Artigo completo

https://www.spgl.pt/peniche-patrimonio-da-resistencia-ao-fascismo

Estamos cá. Lutamos. Aprendizes e frutos destes 50 anos de partilha

Lígia Calapez | Jornalista

"**É preciso** falhar, para depois acertar. Nestes 50 anos, falhou-se e acertou-se. Não é só sombra e luz, como nesta peça, Da Noite para o Dia. Há insatisfações e concretizações. E todas têm um lugar. Mas é preciso ter voz. É preciso ter liberdade e uma vida com cor. 50 anos que sabem a insatisfação. Cinco décadas que nos dizem que são precisas muitas mais. Estamos cá. Lutamos. Por nós e pelas pessoas que ouvimos. Estamos cá. Vivos. Aprendizes e frutos destes 50 anos de partilha."

Este um breve e significativo extrato da criação dramatúrgica e cénica de uma turma de Teatro – 12º ano, da Escola Secundária de Camões, para assinalar os 50 anos do 25 de Abril. Que integra o Projeto Cultural da Escola e junta-se ao programa das comemorações que esta preparou para este ano.

Estivemos numa das apresentações de Da Noite para o Dia, de que aqui referimos algumas falas. Uma criação com base na recolha de testemunhos de familiares de alunos, que viveram a ditadura e a revolução.

Todo um trabalho, essencial, para que as memórias não se percam. Marcante, para quem o fez – jovens com os seus professores, a sua escola, a comunidade. E também para quem os foi ouvir e ver (e até relembrar passados experienciados).

"Ouvimos muitas gravações. As pessoas são engraçadas quando estão a contar histórias e a lem-

brar-se de coisas. São engraçadas mesmo quando estão a lembrar de coisas que foram difíceis. E isso também é bonito. Perceber que depois da tragédia, ainda podemos sorrir para ela. Rir é o melhor remédio. Não. Impedir é o melhor remédio."
Impedir, sim. "Porque houve coisas que também foram duras de ouvir. A pobreza extrema é dura de ouvir. A perseguição é dura de ouvir. A cobardia, a retaliação. E a submissão ao poder despótico e ignorante. São tudo coisas duras de ouvir. Especialmente quando ouvimos da voz de quem as sentiu na pele."

Impedir, alertar.

Porque "as pessoas, aliás, vocês que aqui estão, vão dizer que isto não foi bem assim. Porque há sempre quem duvide. E é verdade. Isto não foi bem assim. Porque isto aqui é teatro. Mas aquilo que as pessoas que nós entrevistámos nos contaram não era teatro".
Porque, não pode haver paciência "para o que aí vai. Que a política falhou, que a democracia falhou, que são todos iguais. Que o que é preciso é ordem. Porque dantes era muito melhor... Há pessoas que hoje em dia já se dão ao luxo de não querer a liberdade".
Um alerta, um relembrar de memórias essencial. A que os jovens somaram outro passo fundamental. A afirmação da sua voz. O delinear e proclamar do que desejam como futuro. Uma ponte entre passado e futuro.

Oiçam bem!

Entre outubro de 2023 e março de 2024, os alunos da Escola Secundária de Camões elaboraram, a partir de processos de auscultação, um Caderno Reivindicativo. Uma iniciativa que nasceu no Camões e que cresceu com o apoio do Plano Nacional das Artes. Objetivo: "abrir um espaço de diálogo construtivo entre os decisores políticos e os jovens alunos para que a educação seja cada vez mais democrática e se ajuste ao mundo contemporâneo".
"Agora quero ser ouvido! Agora, sou eu a falar! Sou uma pessoa em construção e quero ser o autor do meu futuro!" – são as primeiras exigências "aos responsáveis pela nossa educação". Que se articulam com muitas outras. Mais aulas no exterior, mais educação cultural, um ensino mais diferenciado e experimental, incluir disciplinas mais práticas, uma avaliação mais construtiva, maior flexibilidade no horário das disciplinas artísticas, salas especializadas, abolição dos exames. Colocando questões como "é tão urgente a arte como a ciência, é tão urgente a poesia como a tecnologia!" Ou ainda, "A Escola não pode matar a criatividade".
E querem ser ouvidos. Ser representados "por quem pensa como nós", ter mais contacto com a natureza, fazer da escola um salão de arte, uma avaliação não apenas baseada em testes.
Assim, e porque, "também nós fazemos a Escola", exigem:
Intervir em tomadas de decisão; Fazer parte do Conselho Pedagógico; Participar nos conselhos das instituições culturais; Propor preocupações, assuntos e temas para debate; Interculturalidade na Educação e na Cultura; Valorização das Artes e das Culturas; Aulas mais experimentais e criativas do que expositivas; Mais projetos menos matérias; Melhor qualidade dos materiais; Mais materiais e salas para projetos e educação artística; Mais atividades curriculares com vista a uma escolha mais consciente do Ensino Superior; Mais aulas no exterior; Mais visitas de estudo gratuitas; Mais espaços verdes com equipamento ecológico; Uma horta-jardim para cada escola; Espaços culturais menos intimidantes e mais abertos às nossas propostas; Mais Segurança; Visitas de estudo ao estrangeiro; Mais educação para a cidadania; Mais avaliação formativa do que a sumativa; Menos exames; Revisão dos critérios de avaliação; Revisão dos critérios do acesso ao ensino superior.
Um caderno quer se encontra "em aberto a qualquer contribuição construtiva". E cujas reivindicações estiveram bem presentes na Ação Vamos todos à Manif na Alameda de dia 26 de abril, que reuniu, num encontro entusiástico, dezenas de alunos de várias escolas, em particular da Escola Secundária de Camões, Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna e Escola António Arroio. ●

Assembleia Geral de Sócios Sessão Evocativa dos 50 Anos do SPGL

Saudação

50 anos do SPGL, tantos anos como Abril

No passado dia 2 de maio de 2024, dia de celebração dos 50 anos do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, realizou-se na Escola Básica 2,3 Manuel da Maia, em Lisboa, a Assembleia Geral de Sócios Extraordinária - Sessão Evocativa dos 50 anos do SPGL. A Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Sócios (A.G.S.) do SPGL, Rosa Vaz, realizou a intervenção de abertura, a qual foi precedida de um momento musical levado a cabo por estudantes da EB 2,3 Manuel da Maia que cantaram as músicas «Somos livres», de Ermelinda Duarte, e «Grândola, Vila Morena», de José Afonso, numa iniciativa organizada pela professora Carla Leão e pelo professor Nuno Tito. O diretor, professor Luís Mocho, esteve igualmente presente em representação da EB 2,3 Manuel da Maia.

No decorrer da A.G.S., intervieram os ex-presidentes do SPGL, Joaquim Pagarete, António Teodoro, Paulo Sucena, António Avelãs e José Alberto Marques, os quais foram homenageados, assim como vários professores que integram o conjunto dos primeiros 50 sócios do SPGL. Intervieram igualmente Joaquim Carvalho e Inês Costa, atuais dirigente e delegada sindical do SPGL, respetivamente. No final da sessão usaram da palavra Tiago Oliveira, Secretário-Geral da CGTP-IN, e Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF. José Feliciano Costa, Presidente da Direção Central do SPGL, realizou a intervenção de encerramento da Sessão Evocativa dos 50 anos do SPGL.

No decorrer da A. G. Sócios foi ainda aprovada por unanimidade e aclamação a «Saudação - 50 anos do SPGL, tantos como Abril», apresentada pela Mesa da Assembleia Geral de Sócios.

Por ocasião do 50.º Aniversário do SPGL, os partidos políticos Bloco de Esquerda (BE), no decorrer da A.G.S., e Partido Comunista Português (PCP) endereçaram Saudações ao SPGL.

Após a A.G.S., e já no exterior da EB 2,3 Manuel da Maia, todos os presentes tiveram oportunidade de descerrar uma placa comemorativa dos 50 anos do SPGL, afixada à porta do pavilhão escolar. ●

+ fotografias

Rosa Vaz

Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Sócios (A.G.S.) do SPGL

«SPGL tantos anos como Abril! O lema que adotamos lembra-nos que nunca é de mais referir o contributo determinante e libertador que a Revolução do 25 de Abril proporcionou, esse "dia inicial, inteiro e limpo" sem o qual aquele outro, 2 maio de 1974, teria com grande probabilidade outra história para contar, bem menos risonha para a história do movimento sindical docente, uma vez que, por essa altura, se preparava a repressão de um movimento que ganhara uma dimensão que começava a ameaçar o regime fascista.

Esse movimento, e a estrutura organizativa que já existia, foram determinantes para a rápida formação dos sindicatos de professores logo após a Revolução. Foi assim possível, poucos dias após o 25 de Abril de 1974, por convocatória da Comissão Coordenadora dos Grupos de Estudo, realizar uma Reunião Geral de Professores, prevista inicialmente para o ginásio da Escola Preparatória Manuel da Maia, onde hoje estamos, mas que teve que ser transferida para o Pavilhão dos Desportos uma vez que a participação massiva dos professores que a ela acorreram rapidamente demonstrou que aquele espaço era demasiado exíguo e frágil para a força dos milhares de professores com vontade de participar e intervir na resolução dos problemas da classe e contribuir para o novo rumo que se abria para a educação e o país. Já no Pavilhão dos Desportos, com as bancadas lotadas, a reunião varou a noite e só terminou, muitas horas depois, já na manhã de 3 de maio.» ●

Joaquim Pagarete

Ex-presidente do SPGL

«Construíamos o nosso Sindicato como instrumento de luta para defender os nossos direitos como classe e, em simultâneo, construíamos a Escola Pública mergulhados no processo revolucionário desenvolvido pela população trabalhadora em todo o país.
Nesse período, todos juntos pusemos fim à guerra. Todos juntos, tomámos o país de Abril nas nossas mãos.
Por exemplo no sector do Ensino, nos concursos para colocação nas escolas relativos ao ano letivo de 1976-1977 – quando tive a honra de estar a presidir à 1.ª Direção eleita do nosso Sindicato, depois da aprovação dos Estatutos – os docentes da Grande Lisboa, que o Ministério da Educação (cujo ministro era o major Vítor Alves) queria deixar sem colocação, obtiveram uma vitória retumbante.
Em ligação com os milhares de outros docentes, na mesma situação em todo o país, eles impuseram que o Ministério da Educação colocasse nas escolas todos os candidatos. E para isso utilizaram, em particular, o nosso Sindicato, que – mesmo aqueles que dele não eram sócios consideravam – como "a sua casa".» ●

António Teodoro

Ex-presidente do SPGL

«50 anos depois, o que é que fica? E qual foi o nosso contributo?
É esse o contributo que há que transmitir aos mais jovens, que aqui estão. O que fica 50 anos depois é, em primeiro lugar, uma forma de entender a profissão docente.
Uma profissão que está ligada à emancipação das crianças e dos jovens e dos adultos com que nós trabalhamos.
Uma profissão ligada, e que tem como centro, a emancipação social.
Um professor é aquele que acredita que pode melhorar a condição social, no futuro, daqueles com quem trabalha.
E uma conceção de ação sindical. E que presumo que ainda seja respeitada. Que é - tudo diz respeito aos professores, diz respeito ao sindicato.
O sindicato não se fecha nas suas questões corporativas, nas suas questões laborais. Vai buscar o que há de melhor na história sindicalismo docente, que não é só o sindicalismo laboral, é o sindicalismo profissional.
Vai tentar fazer uma síntese entre o sindicalismo laboral e o sindicalismo profissional.
E esse foi, desde a origem dos Grupos de Estudo, o grande, grande contributo. Associar as duas questões.
O sindicato não nasceu de uma decisão de uma organização política. Nasceu de baixo para cima. E desde os Grupos de Estudo, toda a nossa preocupação foi, delegados nas escolas. Trabalho de base. A segunda preocupação foi sempre a unidade.» ●

Paulo Sucena

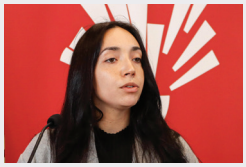
Ex-presidente do SPGL

«Estes anos, os primeiros anos, eram complicados. Mas, felizmente, não havia problemas de maior.
De facto, aquilo corria. E com dois aspetos fundamentais, que, para mim, eram extremamente importantes. E quem tiver acesso aos primeiros cadernos do professor, está lá. A grande preocupação — e penso, quem pudesse ver a história do SPGL, e se for a ver os editoriais está lá — era, de facto, a grande importância que se dava também, àquilo que hoje se chama a profissionalidade, isto é, ao perfil profissional do professor.
Sim senhor, um sindicato de massas. Mas não deixar que não houvesse uma grande atenção, relativamente à formação profissional dos professores. E a história do SPGL está cheia disso, de encontros, de reuniões, de seminários, etc. Exatamente para não deixar o perfil profissional dos professores na sombra.
Outro aspeto, e digo isto por mim, eu penso que — e não estou a pensar só no sindicalismo português — é um sindicato onde a luta democrática é exemplar e única.» ●

Joaquim Carvalho

Dirigente do SPGL

«Um futuro onde continuar a lutar pela dignificação da classe será uma inevitabilidade.
Quero continuar a fazer essa luta junto a quem privilegia o debate e a discussão de ideias, ao invés do impulsivo protagonismo mediático. Quero continuar a lutar numa organização que dá espaço e voz à divergência (mesmo que isso implique a autocrítica) e que não sucumbe às tentações autofágicas de totalitarismos e sectarismos, que nada mais promovem do que falsas ilusões de coesão e de unidade. Quero lutar ao lado de quem prioriza a negociação e o diálogo, mas que não hesita em reclamar para si as ruas, as avenidas e as praças deste país.» ●



Inês Costa

Delegada Sindical

«Apesar de estar nesta profissão há pouco tempo, cedo compreendi a importância e a necessidade de estar organizada, em particular num sindicato como o SPGL.
É importante, porque é preciso defender a Escola Pública, é preciso defender a sua qualidade, o facto de ser gratuita e para todos, e todos deveriam ter direito àquilo que fazemos diariamente. É importante, porque só com a luta organizada dos professores se conquistarão melhores condições de trabalho para cada um de nós, trabalho esse a que nos dedicamos diariamente de corpo, alma e coração, porque acreditamos que a educação é o grande pilar da nossa sociedade.» ●

António Avelãs

Ex-presidente do SPGL

«Esta atitude de consenso dinâmico que resulta do frontal confronto de projetos diferentes, esta unidade criativa porque fundada no respeito pelas opiniões divergentes, foi e tem de continuar a ser a "pedra de toque" de um SPGL que queira corresponder aos interesses profissionais e pedagógicos de uma classe docente heterogénea e contraditória.
O SPGL ao longo destes 50 anos tem, normalmente, sabido contornar os perigos do sectarismo, que é o caminho para o enfraquecimento de qualquer sindicato e de qualquer central sindical. Sectarismo que, quero crer, os órgãos sociais do SPGL continuarão a combater, reconhecendo que quem pensa diferente não é necessariamente inimigo, que o dogmatismo é um obstáculo ao aprofundar das ideias e da procura de soluções e que, por essa via, enfraquece as lutas.
(...) Tenho a certeza de que o SPGL continuará fiel à sua matriz de um sindicato democrático, plural, sempre na busca de uma unidade que corresponda à pluralidade pedagógica, política e partidária da classe docente, unidade imprescindível para a defesa da escola pública de qualidade para todos, alimentada por uma classe profissional cujo respeito e prestígio continuaremos sempre a exigir. Numa escola que forme para a democracia, numa escola que forme verdadeiramente cidadãos.» ●

José Alberto Marques

Ex-presidente do SPGL

«Cada desafio superado, cada negociação bem-sucedida, cada vitória conquistada é fruto do esforço conjunto de todos. Juntos, temos sido a voz de todos os docentes, desde o pré-escolar ao ensino superior, da escola pública à privada, lutando incansavelmente pelos seus direitos e garantindo melhores condições de trabalho para todos.
Que este cinquentenário seja mais um momento de reflexão e renovação daquilo que é necessário dar resposta. Que possamos continuar a avançar com firmeza, justiça e solidariedade, defendendo os direitos dos docentes e promovendo um ambiente de trabalho mais justo e igualitário. Não nos podemos esquecer que a base fundamental do nosso trabalho é estar em cada local de trabalho com e para os docentes.
Parabéns a todos nós por esses 50 anos de história e que possamos seguir juntos, unidos e determinados, rumo a novas conquistas e vitórias em prol de todos os docentes.» ●

Mário Nogueira

Secretário-Geral da FENPROF

«O SPGL foi sempre um sindicato de referência para todos nós. Nós que estávamos na zona centro, na zona norte, com gente que estava feita com o poder e a única coisa que fazia era trair os professores com negociatas de corredor com os governantes. E, por isso, a certa altura, quer no norte, quer no centro, o sindicalismo docente tinha morrido. E a coragem daqueles que lá, na altura, avançaram com os referendos aos professores e que constituíram o sindicato de professores da região centro e, depois de seguir, o sindicato dos professores do norte, foi uma pedrada num pântano completamente parado, em que já praticamente não existia sindicalismo nas escolas, nos professores. E foi também na sequência desta dinamização, sempre com o SPGL como farol, porque era o grande sindicato, que era e que continua a ser, de professores em Portugal, que a FENPROF se constituiu no dia 30 de abril de 1983. (...)

A FENPROF lutou para que, e com sucesso, hoje, todos os docentes do pré-escolar ao ensino secundário tenham uma carreira única. E continuamos a tê-lo, e isso foi mais uma das lutas, eu diria, talvez dos momentos mais importantes de ação e luta da FENPROF. Porque sabia, a FENPROF, que não era algo que pudesse unir os professores todos, mas era algo que, no plano dos princípios, a FENPROF não poderia deixar de assumir. Assumiu, defendeu, lutou e ganhou.» ●

Tiago Oliveira

Secretário-Geral da CGTP-IN

«Temos, de facto, desafios muito grandes pela frente. Temos uma alteração significativa na Assembleia da República. Temos um Governo que, quem conhece o seu programa de ação, sabe perfeitamente qual é o compromisso que tem, e não é para com os trabalhadores, não é para com os professores, não é pela elevação das condições de vida e de trabalho, é pela resposta a alguns, a uma minoria, e não é para responder à maioria, que são os trabalhadores, que são os professores, que são todos aqueles que diariamente fazem falta no seu local de trabalho, para permitir que o país ande para a frente. (...)

A luta, que tem sido desenvolvida pelos professores pela valorização da carreira, tem sido uma luta que tem servido de farol para muitos. E assume-se particular responsabilidade, agora, de darmos continuidade a essa luta.

E, nesse sentido, em nome da CGTP-IN, a principal questão que eu queria aqui deixar é: muita força, muita confiança, muita solidariedade. Acreditem neste nosso projeto, no movimento sindical unitário, porque juntos vamos conseguir. Muita força na nossa luta.» ●

Homenagem aos 50 sócios fundadores do SPGL - EB 2,3 Manuel da Maia, 2/5/2024

José Feliciano Costa

Presidente da Direção Central do SPGL

«Camaradas,

hoje passam 50 anos, do dia em que se realizou aqui neste local a maior Assembleia Geral de Professores, realizada no nosso país e que depois pela exiguidade do espaço como sabemos se deslocou para o Pavilhão dos Desportos, e é depois nesse local que nasce o que é hoje o Sindicato de Professores da Grande Lisboa.
Evidentemente que não surge por acaso não surge do nada, existe um trabalho um percurso que é já feito em plena de ditadura por homens e mulheres que com ousadia e muita coragem ousaram exigir, reivindicar pelos seus direitos por melhores condições de trabalho.
Foi de facto o nascer de este amplo movimento por todo o país, que criou os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GDEPES) em 1969, que permitiu semear essas raízes esse embrião.
(...) Mas o caminho é também o futuro, hoje tivemos aqui a intervenção de dois jovens, os professores e professoras dos Grupos de Estudo, eram também jovens e foram eles que tomaram a iniciativa, ou como também se diz agarraram o touro pelos cornos.
Claro que os tempos são outros vivemos, felizmente em democracia, mas existem muitos problemas por resolver, também por exemplo a precariedade nestes jovens de hoje.
E nós temos que ir ao encontro deles, dos mais novos, trazê-los para o movimento sindical, e, nós fazemo-lo, mas precisamos de ir mais longe.
Claro que o contexto não é fácil, um corpo docente envelhecido, os jovens não são atraídos para a profissão docente e isto não ajuda.
Também hoje a predominância do emprego precário, que leva à informalidade, à individualização, ao próprio desconhecimento sobre o papel dos sindicatos, também alguma despolitização enfim.
Mas esses são desafios que temos de vencer sem receio, temos de passar responsabilidades, passar o testemunho, e isso implica mostrar que há alternativas, que estas estruturas os sindicatos, representam também os mais jovens, os seus interesses e os ajudam a alcançar melhores condições de vida.
Ir às escolas com algum incentivo para a sindicalização, adequar o discurso aos mais novos e dizer nós estamos aqui para o que for preciso.
É o grande desafio que temos agora para os próximos 50 anos, para que este continue a ser o maior sindicato de professores em Portugal.» ●

Exposição “50 anos SPGL

«Viagem entre Capas e Manchetes»

+ fotografias

Ana Cristina Gouveia | Espaço ABC

Foi no dia 2 de maio de 2024, após a realização da Assembleia Geral de Sócios - 50 anos SPGL, que teve lugar no Espaço ABC (Sede do SPGL) a inauguração da Exposição «50 anos SPGL | Viagem entre Capas e Manchetes», patente até 4 de julho.

Este sindicato nasceu em 2 de maio de 1974, poucos dias após o 25 de Abril, e tornou-se rapidamente o maior sindicato de professores do país. O SPGL é membro fundador da FENPROF e muito ativo no movimento sindical português. A exposição celebra o percurso e o impacto dos professores ao longo desses 50 anos, através de capas e manchetes que marcaram a história. Alguns dos destaques incluem:

1. Fundação do SPGL: A criação do sindicato em 1974, poucos dias após o 25 de Abril, marcando o início de sua trajetória.
2. Lutas e Conquistas: Manchetes e capas de jornais que documentam as lutas e conquistas dos professores em áreas como salários, condições de trabalho e direitos laborais.
3. Participação Ativa: O envolvimento do SPGL no movimento sindical português e sua contribuição para a defesa dos interesses dos professores.
4. Evolução da Educação: Reflexões sobre as mudanças na educação ao longo das últimas cinco décadas e o papel dos professores nesse contexto (Congressos, Colóquios, etc.).
5. Impacto Social: Como o SPGL influenciou a sociedade e a educação em Portugal.

A inauguração contou com intervenções de José Feliciano Costa (Presidente do SPGL) e de Sebastião Santana (Coordenador da Frente Comum). No decorrer da inauguração a sócia Maria Manuel Calvet Ricardo, elemento dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente, foi homenageada.●

sugestão

LEITURAS

Que Importa A Fúria do Mar
Ana Margarida Carvalho

Lígia Calapez

As memórias de Joaquim, operário vidreiro da Marinha Grande em 1934, ano da revolta contra a lei que extinguiu os sindicatos, sobrevivente da prisão do Tarrafal, são um ingrediente fundamental da obra "Que Importa a fúria do Mar" de Ana Margarida de Carvalho. "É falando em prisões políticas e falando com uma das personagens que esteve no Tarrafal que o livro é construído, juntamente com uma jornalista dos nossos dias que interroga o operário", é referido na apresentação da obra.
A escolha de "Que Importa a fúria do Mar", numa iniciativa, do Departamento de Aposentados do SPGL, que se integra nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e do SPGL, inscreve-se na preocupação de preservar memórias ("E neste momento, em que se tenta apagar a memória, todos os testemunhos são importantes", como sublinhou José Costa, presidente do SPGL).
E há muitas memórias a assinalar, que Ana Margarida de Carvalho foi recolhendo, no seu percurso enquanto jornalista, e de que nos falou na iniciativa do SPGL. Quer do campo de concentração do Tarrafal, onde "muitos jovens foram deixados a morrer". Quer histórias sobre a vida dos operários da Marinha Grande. "A história que mais me impressionou – destacou a escritora -, foi-me contada por um ex-operário, falando sobre o trabalho infantil que existia, nos anos 30 e antes de 74", e até ainda depois. "As crianças que iam trabalhar para a fábrica eram tão pequenas que os pais as levantavam da cama à noite, para cumprir os turnos, ainda a dormir, e levavam-nas ao colo!" Testemunhos de um tempo "em que a humanidade, o humanismo era, de facto, inexistente para as classes mais desfavorecidas", como disse a autora. E que é essencial não esquecer. E divulgar.●

500 anos do nascimento de Camões

Esparsa ao desconcerto do mundo

Os bons vi sempre passar
No mundo graves tormentos;
E, para mais me espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assim
O bem tão mal ordenado,
Fui mau, mas fui castigado:
Assim que, só para mim,
Anda o mundo concertado.

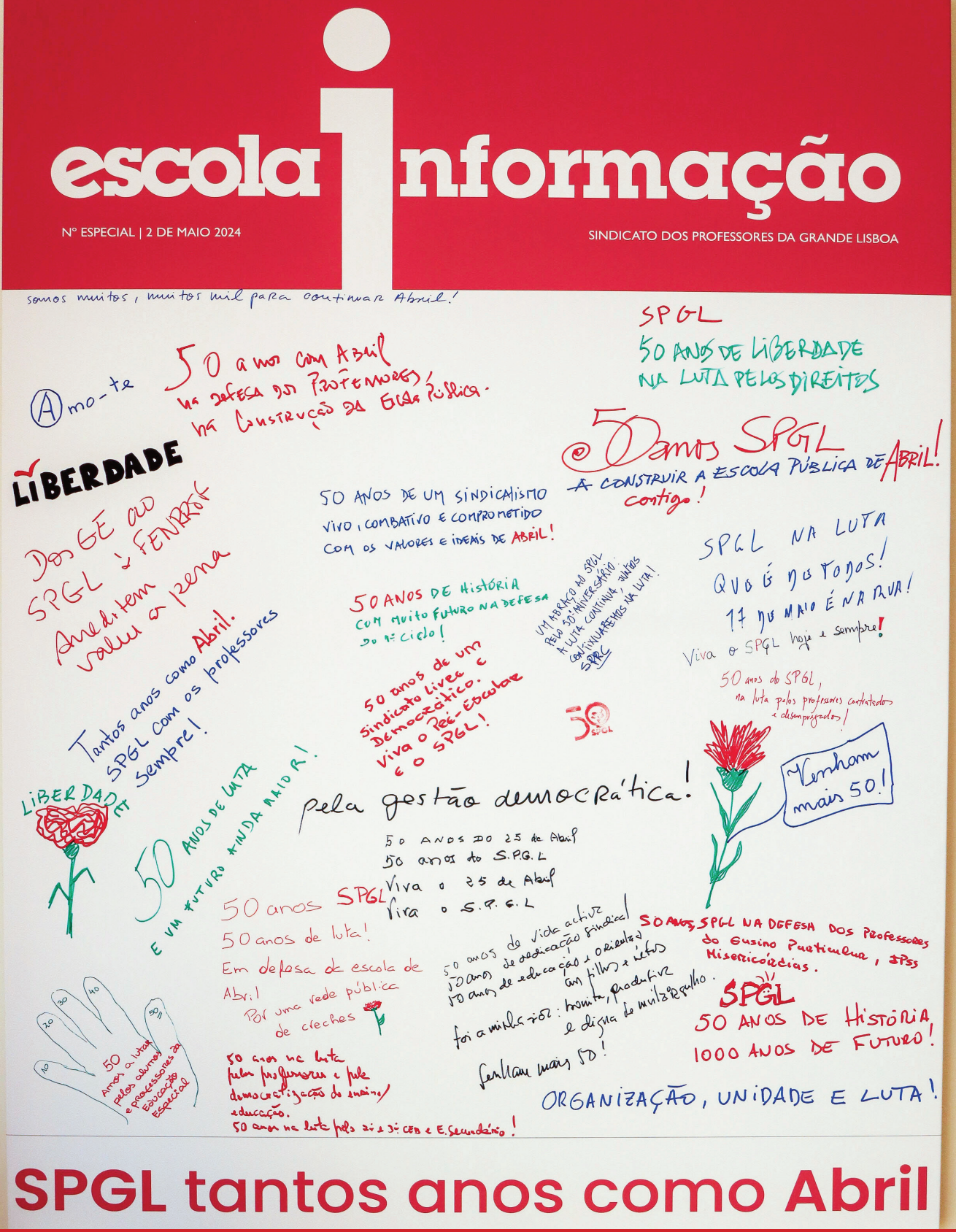
Luís Vaz de Camões

Ouvir "Esparsa ao Desconcerto do Mundo" in «Luís Vaz de Camões por Ary dos Santos e Eunice Muñoz» (CNM, 2011).

escola informação

Nº ESPECIAL | 2 DE MAIO 2024

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



SPGL tantos anos como Abril

SPGL
Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede
Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção:spgldir@spgl.pt
www.spgl.pt

Direcção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º 1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste

Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065
Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt

Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim, Lj 3 - 2ºpiso,Bl. 2 2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-232 Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq. 2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt

Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins, lote 4-Loja A 2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt

Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt

Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A 2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

www.spgl.pt